

Publicado em:

LEITE, Yonne & FRANCHETTO, Bruna. “500 anos de línguas indígenas no Brasil”. In: Suzana A. M. Cardoso, Jacyra A. Mota, Rosa Virgínia Mattos e Silva (orgs), *Quinhentos Anos de História Lingüística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. Pp. 15-62. ISBN 85-232-0260-9.

## 500 anos de línguas indígenas no Brasil

Yonne Leite CNPq/UFRJ  
Bruna Franchetto UFRJ/CNPq

### 1. *Uma história de perdas e danos*

Falar dos povos e línguas indígenas, e sua dolorosa história, no decorrer destes 500 anos de conquista e dominação, remete inexoravelmente a números, na maioria das vezes meras deduções, mas que têm de comum quantificarem perdas e extermínios. Assim é que Ribeiro (1957) estima em 1 000 000 a população indígena na época da chegada da frota de Cabral, que teria baixado para um máximo de 100 000 no século atual.

Essas estimativas podem, no entanto, mudar. Foram concebidas tendo, como pano de fundo,

“a teoria do determinismo ecológico, vigorante na época, que vem sendo contestada por estudos arqueológicos, realizados na região amazônica, por Anna Roosevelt, pesquisadora do Museu de História Natural de Nova Iorque. Pela teoria da adaptação ecológica, na época pré-cabralina, os grupos indígenas seriam pequenos e rarefeitos, com um desenvolvimento limitado pela pobreza do ecossistema, que impediria o crescimento e a concentração populacional. A essas hipóteses Anna Roosevelt contrapõe os resultados, embora parciais, de pesquisas arqueológicas que comprovam ter havido nas várzeas, em períodos anteriores à penetração européia, um povoamento extremamente denso em estágio avançado de cultura material e organização social (Linhares, 1994: 22).

Essa nova visão resulta também das pesquisas conduzidas por Michael Heckenberger (2000a, 2000b), no Alto Xingu (Mato Grosso). A investigação arqueológica

atual ilumina aspectos muitas vezes subestimados na etnologia amazônica; assim, uma perspectiva histórica que considere a sociedade alto-xinguana, ao longo de um período extenso, em especial além do limite dos 500 anos, descobre, ao invés de pequenos grupos igualitários e fragmentados, comunidades grandes e organizadas hierarquicamente, integradas em níveis supralocais, formando uma sociedade regional. Essa perspectiva requer que abandonemos os pressupostos que impediram admitir a existência de civilizações mais complexas, através de grande parte das terras baixas da América do Sul, assim como das áreas subandinas e circuncaribenhas, no passado remoto.

O que aconteceu, no século XVII, com a ocupação da Amazônia, foi um processo vertiginoso de extermínio e depopulação. As perdas foram, pois, bem maiores do que as que figuram nas estatísticas mais conhecidas.

Rodrigues (1993) estima que, às vésperas da conquista, eram faladas 1 273 línguas. Hoje estima-se a população indígena em 350 000 pessoas e 206 etnias. São cerca de 180 línguas, das quais a grande maioria se encontra na região amazônica, para uma população que se distribui em 41 famílias, dois troncos, uma dezena de línguas isoladas.

Em 500 anos, uma perda de cerca de 85%. É só contemplar o mapa etno-histórico no qual Curt Nimuendajú (IBGE, 1981), nos anos 40, procurou oferecer um panorama do povoamento do Brasil indígena, utilizando somente as fontes documentais históricas disponíveis: um território coberto em toda sua extensão por faixas e pontos coloridos para dar conta dos troncos, famílias, agrupamentos lingüísticos, línguas isoladas, falados por inúmeros povos; vazios brancos indicam áreas, sobretudo ao longo dos baixos cursos dos rios principais, despovoadas já nos primeiros tempos da colonização.

Comparando a situação atual das línguas indígenas da América do Sul, Adelaar (1991, *apud* Storto 1996; ver também Queixalós & Renault-Lescure, 2000) apresentou as seguintes estimativas referentes ao número de línguas e de falantes :

	Número de línguas nativas	Número de falantes
Argentina	14 a 23	169.432 a 190.732
Bolivia	35	2.786.512 a 4.848.607
Brasil	170 a 180	155.000 a 270.000
Chile	6	220.053 a 420.055
Colômbia	60 a 78	194.589 a 235.960
Ecuador	12 a 23	642.109 a 2.275.552
Guiana Francesa	6	1.650 a 2.600

Guiana	10	17.000 a 27.840
Paraguai	14 a 19	33.170 a 49.796
Peru	50 a 84	4.724.307 a 4.831.220
Surinam	5	4.600 a 4.950
Venezuela	38	52.050 a 145.230

Quadro I- Número de línguas indígenas e de falantes atuais da América do Sul (Adelaar,1991)

Grinevald (1998) calcula o número total de línguas na América do Sul em mais de 400, maior do que todo o resto das Américas, com uma surpreendente variedade genética e número de línguas isoladas. Esse número não é tão alto quanto o de outras regiões do mundo, como por exemplo, as 760 línguas de Papua Nova Guiné ou as 850 atualmente em pleno uso na Índia. A variedade genética sulamericana (118 famílias), contudo, é comparável somente à da Nova Guiné.

É de surpreender que, apesar da escravidão que lhes foi imposta, das entradas e bandeiras, dos descimentos e da política colonial de homogeneização, o Brasil, seja, no contexto sulamericano, o país com a maior diversidade genética. Por outro lado, tem uma das mais baixas concentrações de população por língua. O número de falantes vai de um máximo de 20 000 a 10 000 (Guarani, Tikuna, Terena, Makuxi, Kaingang) aos dedos de uma mão, quando não resta um único e último falante. A densidade populacional média é de menos de 200 falantes por língua.

O número total de línguas poderá se alterar com contatos com grupos que viviam até bem recentemente isolados. Nos anos 80, pesquisadores do Museu Goeldi encontraram os dois últimos falantes de Puruborá e redescobriram o Kujubim; em 1987, o Zo'e ingressou na família Tupi-Guarani; em 1995, foi identificado um grupo arredio como sendo falante do até então desconhecido Canoê. Grenand e Grenand (1993) listam 52 grupos amazônicos ainda sem contato.

Em outros casos, pesquisas demonstram que grupos e línguas considerados extintos, como os Guató (Macro Jê; Palácio, 1984), que não falariam mais a língua, ou o Krenák (Macro Jê; Seki, 1985, Silva,1986), que ainda a mantêm e a escondiam por medo de serem tomados como caboclos ignorantes.

Previsões de desaparecimento próximo não se confirmam: Laraia e Matta (1967) previram o desaparecimento iminente dos Parakâteye (Gaviões, Jê) e dos Akwáwa ( Suruí,

Tupi-Guarani), ameaçados pelas frente de expansão extrativista da castanha do Pará. Esses grupos, no entanto, superaram suas dificuldades populacionais e cresceram em número de indivíduos. O mesmo se pode dizer dos Tapirapé (Tupi-Guarani) que, reduzidos a 40 pessoas e apenas quatro crianças na década de os 40, hoje são cerca de 450 pessoas, das quais 60% são crianças.

Os novos grupos descobertos e as pesquisas que se intensificaram após a década dos 80, com a consolidação da pós-graduação, têm efeitos marcantes no campo de reconstrução da história e classificação genética das línguas indígenas brasileiras, pois podem revelar novos agrupamentos genéticos, ou novos acréscimos a famílias, ou troncos já estabelecidos. As classificações lingüísticas sofrem constantes modificações, na medida em que cresce o número de descrições, de reexames de descrições ou de dados já disponíveis, do trabalho de comparação, o que permite rever hipóteses sobre a pré-história e a história indígenas.

Números e classificações poderão ainda sofrer modificações, na medida em que se esclareçam diferenças entre dialetos e línguas, tarefa nada simples, dadas as dificuldades de estabelecer fronteiras claras; nesse campo, entram em jogo, além de nossa ignorância propriamente lingüística, fatores ideológicos e políticos, internos e externos aos povos indígenas.

Essas poucas situações mais felizes não afastam, porém, o perigo da extinção lingüística: os grupos, enquanto conglomerado de pessoas etnicamente diferenciados da população majoritária local envolvente, pode aumentar, mas a língua pode se extinguir. Ou perder muitas de suas características básicas.

Krauss (1992) lançou uma alerta para o mundo quando afirmou, com base em rigoroso levantamento, que, no século a se iniciar, 3 000 das 6 000 línguas existentes no mundo desaparecerão e 2 400 estarão perto da extinção. Apenas 600, ou seja 10%, se encontram seguras, a salvo; no próximo século, diz Hale (1998), a categoria "língua" incluirá somente aquelas faladas por, no mínimo, 100 000 pessoas. Isso significa que 90 % das línguas do planeta estão em perigo; pelo menos 20% - ou talvez 50% - das línguas já estão agonizando. Uma língua agonizante ou "em perigo" é, tipicamente, uma língua local, minoritária, e em uma situação de ruptura geracional: onde, se os pais ainda falam com seus próprios pais suas línguas maternas, já não o fazem mais com seus próprios filhos, que

abandonam definitivamente o uso da língua nativa, destinada à morte dentro de um século, a menos que algo aconteça para a sua revitalização.

## 2. *Vergonha de branco, vergonha de si mesmo*

Um dos principais fatores dessa condenação à morte é a pressão das línguas nacionais, dominantes, em situações de um poder superior sócio-econômico, de assimilação, através de meios e canais, como escolarização, mídia (rádio, televisão, etc.), e a sedimentação de atitudes valorativas positivas, para a língua do colonizador, e negativas, para a língua dos colonizados.

Krauss calcula que 27% das línguas sulamericanas não são mais aprendidas pelas crianças. Um exemplo desta situação é o do Asurini do Trocará: os pais proibiriam os filhos de falarem a “gíria”, punindo-os de forma que pode chegar à violência. Vergonha de branco, vergonha de si mesmo. Storto (1996) relata a grave e significativa situação do estado de Rondônia: 65% das línguas estão seriamente em perigo pelo fato de não estar sendo mais usadas pelas crianças e por ter um pequeno número de falantes; 52% não estão sendo faladas pelas crianças; 35% são momentaneamente seguras.

Linguístas dedicados ao estudo dessas línguas são testemunhos de processos de perda, menos ou mais gritantes. No Alto Xingu, por exemplo, um sistema intertribal onde são faladas línguas geneticamente distintas, há línguas ainda plenamente vivas e íntegras e línguas à beira da extinção. Há apenas 50 falantes de Trumai (língua isolada) e o Yawalapiti (Aruak) sobrevive em menos de uma dezena de falantes em uma aldeia multilíngüe onde dominam o Kuikuro (Karibe) e o Kamayurá (Tupi-Guarani) (Franchetto, 2000). As outras línguas alto-xinguanas, ainda vigorosas, dão, contudo, sinais preocupantes: a escola é considerada o tempo/espaço onde se tem que aprender a língua do branco; os jovens, fascinados com tudo o que provém do mundo das cidades, procuram falar cada vez mais o português e, ao mesmo tempo, se afastam das tradições orais. É como

se a avalanche e a sede de novos conhecimentos aniquilassem tudo aquilo que se torna associado aos velhos, à vida aldeã.

A entrada do português nos grupos é, sem dúvida, uma realidade inexorável. Nos Tapirapé (Tupi-Guarani), nos quais, como se viu, houve uma incrível recuperação demográfica, a língua portuguesa avança em progressão vertiginosa (Paula, 1997). A luta pela reconquista da terra com suas idas constantes à Brasília para reivindicarem seus direitos, as viagens aos grandes centros urbanos para a venda mais proveitosa de artesanatos, o trabalho prolongado no “marisco” (pesca do pirarucu), para obter o dinheiro para a compra de bens que conosco conheceram e que passaram a necessitar, as idas constantes a reuniões intertribais, para tratar de interesses comuns, de assuntos educacionais e de saúde, nas quais a língua veicular é o português, exigiram um domínio cada vez maior da língua majoritária. A *takãra* (casa dos homens), antigamente local de reunião dos homens, em que imperavam os mais velhos, com suas histórias, cantos e oratória, onde se exercia o ser tapirapé, tornou-se o palco dos jovens, sendo hoje o *locus* onde se demonstra o domínio de palavras portuguesas, conhecimento indispensável para o cargo de chefia, cuja habilidade deve ser a de saber lidar conosco. Aos velhos ficou reservado a função de mestre de cerimônia, nas festas que ainda persistem ou o de contador de mitos para uso da escola. Sua presença na *takãra* é rara e, quando lá comparecem, quase não falam. Não saber se comportar corretamente no mundo dos brancos, não estar bem vestido, não usar bem a “palavra” em contextos de trocas e de em reuniões formais é passar vergonha. Os velhos se recolhem e a eles cabe cuidar da roça, fazer casas, enfeites, exercer as funções, não remuneradas por contrato com o branco, de xamã, de contador de histórias e mitos, de ensinar cantos cerimoniais. Aos jovens se atribuem as funções de professor e de agente de saúde, de motorista, de vendedores, de vereador. A entrada da escola e a necessidade do domínio do português reorganizaram as relações politico-econômicas do grupo e o aproximou do mundo da sociedade envolvente.

Reações esporádicas de nacionalismo lingüístico se fazem sentir na escola. Várias são as iniciativas e propostas de substituição das palavras correntes em português por composições em Tapirapé. A consciência da mudança e da ‘perda’ da língua é assunto de conversas em que se lastima e condena essa nova ordem. Paradoxalmente, é importante manter a diferenciação, pois é o ser índio, e a língua nativa é um dos emblemas dessa

identidade, que lhes garante o direito à terra, o atendimento de saúde, o patrocínio de entidades não governamentais, e, muitas vezes, a simpatia e apoio dos não-indios das grandes cidades.

A perda de uma língua e da diversidade lingüística é irreversível, pois diminui as possibilidades de uma reconstrução mais completa da pré-história lingüística e também de determinar a natureza, o leque e os limites das possibilidades lingüísticas humanas, tanto em termos de estrutura, quanto em termos de comportamento comunicativo ou de expressão e criatividade poética. Mais graves e mais complexas são as conseqüências da perda lingüística para as populações indígenas, minoritárias e sitiadas. Se é complexa a relação entre identidade lingüística e identidade étnica, cultural e política - não sendo elas redutíveis uma à outra, como mostram os povos indígenas do nordeste - não há dúvida quanto às conseqüências da agonia e desaparecimento de uma língua, com relação à perda da saúde intelectual do seu povo, das tradições orais, de formas artísticas (poética, cantos, oratória), de conhecimentos, de perspectivas ontológicas e cosmológicas. Certamente, diversidade lingüística e diversidade cultural podem ser equacionadas e, nesse sentido, a perda lingüística é uma catástrofe local e para toda a humanidade.

O que sabemos e como chegamos a conhecer essas línguas?

### *3. O período colonial e a tupinologia*

O século 16 foi o século da expansão européia, da conquista, da colonização e do domínio do Novo Mundo. Época de deslumbramento, no encontro com o 'outro', e de violências e humilhações aos subjugados, levando, na maioria das vezes, ao extermínio do mais fraco. Crenças e convicções de um velho mundo afundavam no abismo aberto pelos novos mares e pela entrada em cena de novos céus, novos animais, novas plantas, novos povos. O reconhecimento de outros mundos trouxe mudanças sociais e políticas que afetaram todos os campos do conhecimento. Os horizontes lingüísticos também se ampliaram com as análises do hebraico e do árabe, línguas com estruturas e categorias diferentes daquelas das línguas indo-européias, nas quais se baseavam os estudos tradicionais de gramática.

O horizonte lingüístico alargou-se não só com a convivência de tradições gramaticais diferentes, mas também com o estudo sistemático das novas línguas nacionais da Europa e pelas primeiras gramáticas que delas surgiram.

É nesse contexto que aparece, em 1595, a *Arte de grammatica da língoa mais usada na costa do Brasil*, do jesuíta José de Anchieta (1534-1597), nascido em Tenerife, Laguna e que chegou à Bahia em 1553, seguindo, em 1554, juntamente com Manuel da Nóbrega, para fundar um colégio em Piratininga. Segundo Rodrigues (1997), a língua retratada na *Arte de Gramática* é o Tupinambá, falado no século 16, na Bahia, Rio de Janeiro e Espírito Santo, e não, do Tupiniquim, falado em Piratininga, onde Anchieta viveu durante 11 anos, lecionando latim.

A *Arte* de Anchieta é um dos primeiros documentos sobre as línguas do Novo Mundo, precedido, na América do Sul, pela *Arte de de la lengua general de los indios de los Reynos del Peru* e o *Lexicon o Vocabulario de la lengua general del Peru, llamada Quichua*, ambos de autoria do dominicano Frei Domingo de Santo Tomás e publicados em Valladolid, em 1560 (Torero,1997) e, nas Américas, pela *Arte de la lengua mexicana* (1547), na qual o padre franciscano Andrés de Olmos descreve o Nahuatl (Launey, 1997).

A finalidade dessas gramáticas era aprender as línguas e transmiti-las a outros religiosos para que servissem de um instrumento mais eficiente na catequese dos chamados povos primitivos, de que se duvidava até a existência de uma “alma”, negando-lhes o estatuto de humanos ou de antropóides adamicos normais.

Os primeiros missionários-lingüistas enfrentavam todos os mesmos desafios: não eram falantes das línguas que deveriam descrever e tinham de aprendê-las de povos sem escrita e sem tradição gramatical e que não falavam o português ou o espanhol. Tiveram, então, de desenvolver métodos de trabalho de campo, um sistema de escrita alfabética e analisar e descrever categorias e sistemas morfosintáticos e organização léxico-semântica que não lhes era familiar.

Zimmermann ressalta que

Las descripción de las lenguas amerindias durante la época colonial es un aspecto tanto complejo como ambivalente en cuanto a la historia general como a la historia intelectual de América Latina. Por un lado la descripción de las lenguas recién descubiertas se inscribe como una faceta de la dominación

política y espiritual de los pueblos vencidos y colonizados. Por outro lado es un capítulo fascinante de la historia intelectual, especialmente de la lingüística.

(Zimmermann,1997: 9)

### 3.1. *O tupi como foco*

Embora se saiba que a diversidade lingüística no Brasil deveria ser grande, na época colonial, só restaram publicadas três gramáticas: duas sobre do Tupinambá - a de Anchieta (1595) e a de Luiz Figueira (1687) - e a de Luís Mamiani sobre a língua Kiriri (1699).

Há notícias de manuscritos perdidos. A expulsão dos jesuítas na segunda metade do século XVIII, dada à política da coroa propugnada pelo Marquês de Pombal, a prisão de vários deles e, sobretudo, a proibição de se falar ou estudar língua indígena são alguns fatos que podem explicar muitas dessas perdas.

A *Arte* de Anchieta é a que maior notoriedade alcançou, com edições fac-similadas, tendo também sido alvo de críticas negativas e positivas, tornando-se referência obrigatória quando se fala da lingüística colonial. Tornou-se também uma fonte para as compilações para o estudo do Tupi antigo, como a de Lemos Barbosa (1956).

Para alguns, a descrição e a análise do Tupinambá feitas no livro são excelentes. Carlos Drummond diz, na Apresentação à sétima edição da *Arte de gramática* (1990:8), que a sistematização feita por Anchieta foi um “trabalho magnífico, de valor lingüístico e filológico indiscutível”. As críticas negativas incidem sobre o modelo usado e sua finalidade prática, não científica. Por ser um modelo latino, teria deturpado a verdadeira língua indígena, usando categorias nela inexistentes. Ataca-se, sobretudo, o uso dos casos nominativo e acusativo, ao tratar de sujeito e objeto. Não seria a língua falada, mas uma idealização simplificada e pobre. Há quem diga também que o material contido na *Gramática* não representa mais uma língua ‘pura’ e sim, uma língua misturada, já impregnada da influência do português

Entre os defensores está Aryon Rodrigues, que concluiu, ao avaliar as gramáticas da época colonial, que Anchieta

foi bastante original na utilização dos conceitos e do aparato terminológico clássicos para a descrição tanto da fonologia quanto da estrutura gramatical da ‘nova’ língua (Rodrigues, 1997: 398).

E foi exatamente a originalidade do jesuíta como gramático que impediu uma justa apreciação de sua gramática nos anos que se seguiram à sua publicação” (Rodrigues, *idem*).

Em Rodrigues (1997), se encontra uma excelente comparação entre a *Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil* e a *Arte de grammatica da língua brasilica*, do Pe. Figueira, onde é comprovada a riqueza dos fenômenos tratados e a exatidão com que ambos os gramáticos descrevem os fatos do Tupinambá.

Leite (2000) alinha-se a Drummond e Rodrigues e demonstra, pela comparação dos dados contidos na gramática de Anchieta e o de outras línguas tupi atualmente faladas, que não houve qualquer simplificação, nem distorção da língua para modelá-la às categorias constantes na gramática latina. Parte do pressuposto de que uma gramática é boa, na medida em que o material que ela contém pode ser reanalisado pelos parâmetros de uma outra teoria ou modelo. E mostra que a ordem sintagmática livre, o sistema de marcação de pessoa nos verbos e o processo de incorporação nominal, que, pelos exemplos, parece ser bem mais produtiva do que em Tapirapé e no Asurini do Trocará, podem fazer do Tupinambá um candidato ao parâmetro da não-configuracionalidade, proposto, segundo a teoria da regência e vinculação (Chomsky, 1981), por Hale (1983), Jelinek (1984) e Baker (1998).

A gramática de Anchieta parece, ao leitor atual, um tanto desorganizada, e sua linguagem, mesclada de terminologia e expressões latinas, afugenta a muitos. No entanto assemelha-se à primeira gramática do português -- *Grammatica da lingoaem portugueza*, de Fernão de Oliveira (1536) --, de qualidade acima de qualquer dúvida. Também mostra ser calcada, ao menos no estilo e na organização, na gramática latina, como todas as análises de línguas da época. Além disso, Anchieta era professor de latim e, sem dúvida,

conhecia bem seus gramáticos, embora não cite qualquer gramático latino conhecido em seu tempo, como Varrão ou Quintiliano.

A *Arte de grammatica da lingua brazilica da nação Kiriri*, de Luiz Vicencio Mamiani, cuja edição brasileira de 1877 contém um prefácio com um estudo comparativo feito por Benjamn Franklin Ramiz Galvão, permitiu a Rodrigues (1942) reinterpretar e descrever, em nova perspectiva, o artigo definido e os numerais.

Se, por um lado, como documentação lingüística, a obra dos missionários jesuítas pode ser cantada com loas, por outro, numa perspectiva da política lingüística que praticaram, só há a lamentar.

### 3.2. *Tupis versus Tapuias: uma identidade construída*

Como se viu no quadro 1, é no Brasil que se encontra a maior variação genética das Américas. Essa diversidade deveria ser ainda mais significativa, na época colonial, pois o Pe. Antônio Vieira, que, a partir de 1653, tornou-se responsável pela proteção dos índios do Maranhão e Pará, calculou que, somente na primeira metade do século XVI, foram exterminados mais de 2 000 000 de índios e desapareceram mais de 500 aldeias (Linhares, 1994).

O multilingüismo existente na província do Grão Pará, onde se fixaram os jesuítas, após a decadência da missão de Piratininga, era bem conhecido, tanto que Manuel da Nóbrega considerava a área uma torre de Babel, com um número de línguas muito maior do que a que se conhecia através da Bíblia (Barros *et alii*, 1996).

E no Tupinambá há uma variedade dialetal bem pronunciada. Rodrigues chama a atenção para o fato de que Fernão Cardim, em 1584,

mencionou 68 idiomas distintos do Tupinambá numa área que corresponde aproximadamente aos atuais Estados de Sergipe, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro (Rodrigues, 1997: 372).

A supremacia do Tupinambá, como língua de instrução, num quadro complexo como o relatado, poderia talvez ser explicada pela sua expansão geográfica. No entanto os motivos para uma única língua a prevalecer, em meio de tamanha diversidade genética, são

de ordem bem diferente. Como ressaltam Barros *et alii* (*idem*), a multiplicidade de línguas era um empecilho à conversão, e todas deveriam ser reduzidas a uma só, de preferência a mais comum e a usada por um maior número de falantes, isto é, a mais geral.

Esta política de institucionalização de uma língua indígena como geral foi parte de uma política indigenista colonial que estabeleceu uma categoria de “índio”, que não existia no mundo pré-colonial. Índio era uma categoria superétnica, reduzidas as diferenças dos grupos a um modelo único aplicado a toda a população indígena. A categoria índio marcava a oposição entre o colonizador e o colonizado. Mantinha a alteridade cultural em relação ao colonizador, porém sem recuperar o étnico, ou seja as especificidades próprias de cada grupo como unidade político-econômica (Barros *et alii*:195-196).

Para a maior eficácia da prática da conversão e homogeneização lingüística, era necessário estabelecer mais dicotomias, que lançassem as sementes de um julgamento valorativo positivo dos convertidos: língua boa/língua ruim, índios mansos/índios bravos, tupi/tapuia.

A política posta em prática pelos jesuítas, com o apoio da Coroa, tirou dos índios seus costumes, suas terras, sua cosmologia, sua música e sua língua. A uma diversidade condenada, impôs-lhes uma homogeneidade, cujo objetivo era manter a unidade do território conquistado.

E essas populações *sem fé, nem lei, nem rei* deveriam passar a ter só *uma fé, só uma lei e só um rei*. Estavam, assim, lançadas as bases para um imaginário, que ainda hoje perdura, de uma Terra Brásílica lingüística e culturalmente homogênea.

Os estudos sobre o tupi, como *a* língua indígena falada no País, perduram por muito tempo, embora tenha assumido outra forma, qual seja, a de verificar sua influência no português no Brasil (Monteiro,1931). A enorme quantidade de topônimos calcados no tupi (Sampaio, 1928) fixou uma linha de trabalho de decomposição dessas denominações, e que perdurou, por vários anos, nos meios universitários, como um meio de estudo e conhecimento da língua idealizada<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> O leitor interessado em conhecer em maior extensão dos estudos do tupi poderá recorrer à rica bibliografia de Plínio Ayrosa (1954).

#### 4. *O eclodir da diversidade*

É só na segunda metade o século XIX que se começa a romper a exclusividade do tupi. Entram em cena os viajantes que aqui vinham em expedições para o estudo da fauna, flora, rios e montanhas deste imenso país, ainda tão desconhecido. E em sua longa caminhada em regiões longínquas, encontravam-se com grupos indígenas. e de suas línguas registraram vocabulários, algumas frases, e, embora sem formação específica, ensaiaram excertos gramaticais.

Os missionários, liberados do diretório de Pombal, que os proibia de estudar ou falar qualquer língua indígena, também figuram neste cenário e descortinam novos horizontes, descrevendo línguas não tupi, como o Tikuna (Alveano, 1944), Kayapó (Sala, 1920), Tucano (Jaconi, 1947), o Kaingang (Floriana, 1920) e o Munduruku (Mense, 1947).

Entre os chamados “viajantes”, que percorreram o interior do país em missões científicas de reconhecimento e de catalogação de informações científicas, destaca-se a documentação oriunda das Comissões Construtoras de Linhas Telegráficas, que se estenderam do final do século XIX a meados do século XX. Percorreram extensa área de Mato Grosso ao Amazonas, entrando em contato com populações indígenas, delas produzindo relatórios, documentação etnográfica, fotográfica e lingüística de populações que se localizavam em áreas próximas aos rios. Assim percorreram o Xingu, o Ronuro, o Teles Pires, o Araguaia, o Oiapoque, o Cuminá, o Jari, o Uraricoera, o Branco e o Uaupés. Recolheram informações das mais diferentes etnias entre as quais podemos citar: Aweti (Tupi), Bakairi (Karibe), Kayabi (Tupi-Guarani), Kamayurá (Tupi-Guarani), Mehinako (Aruak), Suyá (Jê), Trumai (isolada), Walapíti (Aruak), Waurá (Aruak), Karajá (Macro-Jê), Karipúna (Pano), Galibi (Karib), Wajampi (Tupi), Apará (Karibe), Pianakoto (Karibe), Tirió do Grupo Rangu-Piqui (Karibe), Maku (Maku), Makuxi (Karibe), Maiongongue (Karibe), Taurepang (Karibe), Wapixana (Karibe), Xiriana (Yanomami), Baré (Aruák), Desana (Tukano), Tariano (Aruak), Tukano (Tukano), Tuyuka (Tukano), Wanana (Tukano), Bororo (Macro-Jê).

---

Duas figuras se destacam nessas comissões pela defesa das populações indígenas, Couto de Magalhães, autor de *O selvagem*, onde se encontra um curso de Língua Geral (1876), e o Marechal Cândido Maria Rondon, que fundou o Conselho Nacional de Proteção aos Índios, e teve a papel de ser o principal denunciante dos perigos e ameaças de extermínio que pairavam sobre essas populações, propugnando ser obrigação do governo defendê-las e protegê-las. O dístico *Morrer, se preciso for, matar nunca* mostra o compromisso tutelar assumido pelos participantes das Comissões Telegráficas.

Uma figura ímpar, pela originalidade de sua metodologia de trabalho e pela qualidade do material que legou, é Capistrano de Abreu e sua gramática Kaxinawá (Pano), entusiasticamente elogiada por Paul Garvin (1946), Mattoso Camara (1965) e Mario A. Perini (1997), em artigo intitulado “Um Prometeu da lingüística brasileira”. Capistrano não fez viagens, não se deslocou, nem participou de expedições. Trabalhou em sua casa, com um empregado Kaxinawá.

Sobressaem-se, neste período, os pesquisadores alemães Carl Friedrich Phil von Martius, Karl von den Steinen, Theodor Koch Grünberg e Paul Ehrenreich.

O trabalho mais antigo é o do naturalista Carl Friedrich von Martius, que fez com seu colega Spix uma longa viagem pelo interior do Brasil, tendo publicado, em 1867, um compêndio intitulado *Contribuições à Etnografia e Lingüística Americanas*. No volume intitulado “Glossario de diversas línguas e dialetos que fallão os indios do imperio do Brasil”, encontra-se material lingüístico, tanto de fonte secundária, quanto primária. De grande importância, é o registro do Akroá Mirim, praticamente a única documentação que se tem desta língua da família Jê, próxima ao Xavante.

A pesquisa etnológica e lingüística dos povos que formam o sistema multilingüe alto-xinguano começou, no final do século XIX, com Karl von den Steinen. Segundo Franchetto, a documentação de Steinen já desenhava com esmero e inteligência a paisagem etnográfica alto-xinguana, dando muitas e preciosas informações lingüísticas (Franchetto, 2000: 111). As listas de palavras que se encontram em apêndice, em *Entre os aborígenes do Brasil Central* (1896-1940) representam a primeira documentação dessas línguas e permitiram a Steinen identificar e classificar os grupos Karibe e Aruák, a quem denominou Nu-aruaq, designação que perdurou por um longo período. Observou também a diferença entre o Awetí (Tupi) e o Kamayurá (Tupi-Guarani), dizendo ser este mais semelhante à

Língua Geral. Aos Bakairi (Karibe) dedicou uma obra à parte (Steinen, 1892), uma gramática que possibilitou recentemente uma análise de mudanças diacrônicas, sobretudo fonológicas, em um período de 100 anos (Souza, 1994; 1995). Devemos a Steinen, enfim, a formulação de hipóteses há pouco tempo reapresentadas no âmbito das discussões sobre a pré-história Tupi e Karibe, discussão que envolveu etnólogos, arqueólogos e lingüistas, qual seja, a de uma proximidade genética entre estes dois agrupamentos e a de que o centro original e de dispersão Tupi teria sido não o médio Amazonas, mas, sim, algum ponto situado na Amazônia sul-ocidental, o mesmo do qual teriam se separados os antepassados Karibe (Rodrigues, 1985a, 1999; Urban, 1992).

Martius foi secundado pelo etnólogo Koch-Grünberg, cuja bibliografia é vasta e diversificada. Produziu uma gramática Taulipang (Karibe) e teve o grande mérito de estabelecer as bases para diferenciar criteriosamente as famílias Aruák e Karibe das famílias Tupi e Jê, tendo contribuído também com documentação das famílias Tukano e Guaikuru. Seu livro mais conhecido, pela riqueza da documentação que contém, é aquele em que relata sua viagem do Roraima ao Orinoco, onde faz observações e recolha de material de todas as línguas que foi encontrando neste longo percurso.

Paul Ehrenreich, que participou da segunda viagem de von den Steinen, notabiliza-se pelos seus estudos sobre o Xavante e o Xerente, línguas da família Jê, aos quais o Akroá-Mirim, documentado por von Martius, se afilia. Visitou também os Karajá do rio Araguaia, em 1888, e os índios Manaos, origem do nome da capital do Amazonas. É interessante observar a circulação de dados e análises comparativas, para fins de classificação e estabelecimento de proximidades genéticas, entre os etnólogos alemães Paul Ehrenreich, Fritz Krause e Hermann Meyer, entre o final do século XIX e o início do século XX, o que possibilitou os únicos registros que temos de línguas que não mais existem, como o Arawine (Tupi-Guarani), o Yarumá e o Apiaká do Tocantins (Karibe), com a indicação da distância entre estas duas últimas e as línguas Karibe do Alto Xingu (Krause, 1936; Franchetto, 2000).

Nessa corrente também se encontra Curt Nimuendaju, alemão naturalizado brasileiro, que substituiu seu sobrenome alemão, Unkel, pelo que lhe foi dado pelos Apapokúva, grupo Guarani com os quais viveu por longo período. Seus trabalhos sobre os Jê são leitura obrigatória dos antropólogos que pesquisam esses grupos, Deixou-nos

também várias listas vocabulares e uma gramática do Xipaia. Sua obra lingüística publicada é avaliada por Mattoso Camara (1959) e o material manuscrito foi arrolado por Leite (1960). Seu trabalho monumental é o *Mapa Etno-histórico*, no qual se encontram as documentações existentes para cada língua indígena com o ano em que foi feita, sendo, assim, possível reconstruir a história das migrações e ocupações de territórios das populações indígenas. Fez três exemplares do mapa, manualmente em papel *conson* e tinta nanquim, cada um medindo 2mx2m. O primeiro exemplar foi feito em 1942, para a *Smithsonian Institution*, o segundo, um ano, depois destinou-se ao Museu Paraense Emilio Goeldi e o terceiro, de 1944, está arquivado no Museu Nacional. Os esforços conjuntos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Fundação Nacional Pró-Memória e a ação e denodo de Jorge Zarur, do Centro Nacional de Referência Cultural, possibilitaram uma bela edição de fácil manuseio, sem perda de qualidade e de informações.

Outros nomes devem ser lembrados, como o de Príncipe Maximiliano zu Wied-Neuwied, zoólogo, o primeiro cientista a visitar o país, aqui ficando de 1815-1817, tendo nos legado observações criteriosas sobre os Pataxó, Maxakali, Kamakã, Coroados do rio Paraíba e Botocudos, todos do Tronco Jê, sendo, assim, o inaugurador de uma nova era. Max Schmidt, que, na virada do século XIX, organizou uma fracassada expedição ao Xingu, voltou ao Mato Grosso e durante os anos de 1926-1928 estudou os Bakairi (Karibe), localizados nas cabeceiras do rio Xingu. E, para finalizar essa enumeração, que de modo algum é completa, a única pesquisadora mulher, Emilie Snethlage, zoóloga do Museu Paraense Emilio Goeldi, que fez, em 1909, uma viagem do baixo Xingu ao baixo Tapajós, cruzando uma área de terra incógnita, *habitat*, na época, dos Kuruaya (Munduruku) e Xipaya (Juruna), ambas línguas de famílias do tronco Tupi.

O encontro com a diversidade e com o pluralismo foi, assim, fruto do trabalho, esmero e acuidade de não-especialistas em lingüística: Nimuendaju era auto-didata, Martius, botânico e farmacêutico, von den Steinen tinha sua formação básica em medicina com especialização em psiquiatria, Koch-Grünberg, era formado em filologia clássica e Capistrano de Abreu era historiador, Wied-Neuwied e Emilie Snethlage, zoólogos. A documentação que fizeram, sem dúvida, muitas vezes deixa a desejar quanto ao registo fonético e à interpretação de formas. Porém seu valor fatural histórico é inestimável., pois algumas delas têm mais de 100 anos. Os povos indígenas não têm uma história escrita, nem

documentos antigos. São esses trabalhos, quer de conteúdo etnológico, quer lingüístico, que lhes dão profundidade histórica e permitem, por comparação com os dados atuais, reconstruir um estágio mais anterior e depreender, com maior certeza, processos de mudança, quer espacial, quer lingüística<sup>2</sup>.

#### 4.1. *Diversidade e classificação*

Qualquer ciência tem com um dos seus objetivos determinar os critérios para classificar o material com que trabalha. É o estabelecimento desta metodologia que dá a um campo de conhecimento o estatuto incontestável de ciência. E assim foi com a lingüística que, no século XIX, deixa o campo da lógica e das descrições gramaticais para ingressar no mundo das classificações e de tentativas, de grande aceitação e sucesso, segundo o paradigma da época, de explicar, pela evolução de uma língua ancestral comum, a diversidade das línguas atuais. O método usado foi o histórico comparativo, que permitia uma classificação e agrupamento em bases genéticas e diacrônicas de línguas bastante diferenciadas e que tinha o duplo apelo de fornecer uma metodologia precisa e acurada e mostrar a especificidade de uma dada língua e seu povo pelas mudanças que lhe eram únicas. Numa fase de nacionalismo, o método comparativo oferecia uma prova de que cada língua era um organismo com características próprias não compartilhadas por uma outra língua. A semelhança com a classificação das ciências naturais é evidente e fica claro também por que é na Alemanha que a nova ciência encontra entusiástica acolhida.

Os subgrupos detectados pelos viajantes é o embrião esta ação renovadora da época. A simples dicotomia tupis/tapuias é substituída pelos nu-aruaques, jês, tupis, caraibas etc.

Para as línguas da família Karibe, por exemplo, a história de sua documentação, juntamente com trabalhos comparativos, começou no século XVII na área guianesa, acompanhando as rotas de penetração dos colonizadores da costa setentrional às Guianas e à Amazônia. A história das propostas de classificação genética reflete o acúmulo progressivo de informações e um paulatino refinamento do conceito de *cognato* e do

---

<sup>2</sup> Em Baldus (1954) encontra-se uma excelente bibliografia, com resumo e crítica da documentação oriunda dos viajantes. Franchetto (2000) também analisa a documentação referente ao Parque Nacional do Xingu oferecendo uma história atualizada e vivida desta área tão visitada por viajantes, pesquisadores, artistas e turistas internacionais, cartão postal do Brasil indígena.

estabelecimento de correspondências sonoras. Sem isso, a família Karibe não teria sido objeto de sucessivos remanejamentos internos, até chegar, após o advento da lingüística moderna, ciência autônoma, às diferentes sistematizações de Girard (1971), Durbin (1977), Kaufman (1994) e Gildea (1998). Com este último se efetua um salto qualitativo, não apenas quantitativo. Gildea percorre minuciosamente todo o material publicado e inédito para afinar a reconstituição morfológica e sintática de um sistema Proto-Karibe, examinar a relação entre os vários sistemas verbais até o momento detectados na família e consubstanciar a hipótese da gênese do tipo ergativo, a partir da reanálise de construções morfossintáticas complexas das línguas nominativas, que seriam as mais próximas do sistema originário. Nas pegadas desse novo capítulo da história Karibe inaugurado por Gildea, Meira (2000) empreende um exercício de rigor analítico em sua reconstrução da fonologia e da morfologia do Proto-Taranoano, definindo os limites de um novo agrupamento. Estão aqui, citadas e usadas, as fontes clássicas da lingüística Karibe do século XIX e do início do século XX: Schomburg, Crevaux, Tastevin, Albis, Koch-Grümburg, Steinen, De Goeje, Farabee, Ahlbrinck, entre outros.

Constantes alterações têm caracterizado a história de todas as classificações.

A bibliografia sobre a Família Tupi-Guarani, por óbvias razões a mais explorada do ponto de vista comparativo e histórico, continua se enriquecendo de novas propostas, desde o trabalho pioneiro de Rodrigues (1985b, 2000), a importante reconstrução de Lemle (1971), à contribuição crítica de Soares e Leite (1991). As pesquisas comparativas no interior do Tronco Tupi são, ao contrário, recentes, retomando a primeira classificação moderna de Rodrigues (1964). Rodrigues e Dietrich (1997) procuraram medir a distância entre o Mawé e as Línguas Tupi-Guarani. É no Museu Paraense Emílio Goeldi que se desenvolve o projeto comparativo mais consistente e organizado sobre as línguas que constituem as outras ainda pouco conhecidas famílias do Tronco Tupi. E desse esforço já é possível apreciar os primeiros resultados (Moore, 1994 e 1999; Moore e Galúcio, 1993; Gabas Jr, 2000).

A classificação genética das línguas Aruák começou em 1782, quando Filippo Salvatore Gilij foi o primeiro a reconhecer a existência da família chamada por ele de Maipure, a partir da denominação de uma língua, que também estudara, entre Colômbia e Venezuela. O termo "arawak" difundiu-se da língua Lokono ou Arawak das costas do

Suriname e da Guiana. Sucessivas revisões modernas, com comparações sistemáticas, podem ser encontradas em Wise (1990), Derbyshire (1986), Kaufman (1990) e Payne (1991).

Os progressos nas classificações de outros troncos e famílias não têm sido tão visíveis. Há apenas um trabalho abrangente para o tronco Macro-Jê (Davis, 1968) e está incipiente a comparação na família Pano. No mais recente empreendimento tipológico-classificatório (Dixon e Aikhenvald, 1999), encontra-se um panorama enciclopédico do que se sabe das chamadas “línguas amazônicas”, privilegiando, contudo, a produção missionária evangélica.

Continua-se a imaginar o passado, inclusive pré-histórico, tendo como apoio os estudos histórico-comparativos dos lingüistas, juntamente com os resultados das pesquisas arqueológicas e etnológicas, mas o quadro desse passado continua, na maioria das vezes, bastante confuso. A atenção se volta para o refinamento das classificações internas de famílias e troncos; foram abandonadas, pelo menos provisoriamente, as grandes hipóteses sobre a existência de unidades continentais, como o filo ameríndio de Greenberg (1987) com a sua extensão do método glotocronológico, hipótese instigante e método ousado mas submetidos a muitas críticas e redimensionamentos, inclusive quando se propõem a delinear uma história do povoamento das América antes da Conquista. Mesmo tendo como base o quadro menos grandiloqüente dos estudos internos a troncos e famílias já estabelecidos, nas tentativas de reconstrução desse passado longínquo há sempre mais do que uma hipótese e evidências ainda frágeis. Voltando ao nosso exemplo, não se deixou de discutir a localização do suposto ponto de dispersão original e das possíveis rotas migratórias que levaram à distribuição atual dos povos de língua Karibe. Villalón (1991) argumenta a favor da hipótese clássica de uma *madre patria* guianesa no extremo nordeste da América do Sul. Rodrigues (1985a) propõe um parentesco Karibe-Tupi, quando, há cerca de 6.000 anos, os ancestrais desses dois grandes agrupamentos teriam se afastado uns dos outros em algum recanto do sudoeste amazônico (Urban, 1992). Devidamente atualizadas, reapresentam-se as elucubrações de Steinen, modernas em sua roupagem oitocentista.

No âmbito dos estudos Tupi uma agitada polêmica eclodiu recentemente entre defensores e críticos - reunindo lingüistas, arqueólogos e etnólogos - das duas hipóteses

principais sobre a origem desses povos e as rotas das migrações que os levaram a povoar vastas regiões amazônicas, um arco de tempo que se estende de 3.000 a.C. até o ano 1.000 d. C. Vieram da bacia do rio Amazonas, de onde rumaram para o sudoeste e para o leste, e depois para o sul, ao longo do litoral atlântico (Noelli, 1996; 1998)? Ou, partindo do princípio de que a região de origem deve ser aquela que ainda encerra a maior diversidade lingüística, o ponto de dispersão Tupi se situaria nas terras altas da Amazônia ocidental, indo em seguida para o sul e, finalmente, para o norte povoando a costa (Urban, 1992 e 1996; Rodrigues, 1964 e 2000)? Outro trabalho de Rodrigues (1985a) trouxe à luz evidências, mesmo se ainda frágeis, de um parentesco entre línguas Tupi e Karibe, o que viria a corroborar a hipótese de uma origem prehistórica comum nas terras altas da periferia amazônica meridional e uma separação ocorrida em tempos muito remotos.

Urban (1992), ao traçar um panorama pré-colombiano dos povos ameríndios do Brasil, toma a proposta de Payne como base para uma síntese da pré-história da família Aruak-Maipure e afirma que não parece haver consenso em torno do mapa que poderia ser desenhado, segundo uma única hipótese segura sobre a origem geográfica e as rotas de dispersão dos povos Maipure. Não se originariam estes nem do rio Amazonas central, nem de um centro mais ao norte ou mais a sudeste. Urban, utilizando como critério indicador a área com maior diversidade lingüística, elege, ao contrário, a área peruana como o centro incontroverso de um possível tronco Arawak, há 3.000 anos atrás, vindo a ocupar a "periferia da bacia amazônica, tanto pelo norte como pelo sul, a partir da área peruana, estabelecendo-se apenas mais tarde em regiões de terras baixas amazônicas" (*op. cit.*: 96).

A volta promissora dos estudos comparativos e históricos nos últimos dez anos, objeto de particular interesse no clima das comemorações dos 500 anos, quando se revivifica a discussão em torno de uma história indígena, não poderia ter acontecido sem o surgimento de um novo contexto institucional de produção científica. Velhos conhecimentos podem ser, então, absorvidos e avaliados numa "nova era" .

## 5. *Nova era, novos rumos*

### 5.1. *O longo percurso da institucionalização do campo*

Até a segunda metade do século XX, a produção sobre línguas indígenas estava praticamente entregue a missionários, zoólogos, botânicos, médicos, geógrafos de origem européia, sem uma formação específica para a documentação, descrição e análise de línguas ágrafas. E, por três séculos, os estudos se resumiram ao Tupi.

Vários foram os apelos feitos por lingüistas da necessidade urgente de um programa de pesquisa das línguas indígenas brasileiras, uma vez que havia o sério perigo de sua extinção, o que poderia significar também a extinção física do grupo. Qualquer programa de revitalização cultural, que sirva para aumentar a alta estima, tem de buscar apoio na revitalização da língua do grupo. E, sem documentação e sem estudos especializados, muito pouco poderá ser feito. Nos anos 30, José de Oiticica (1933) criticava essa situação e o modo por que se estava conduzindo os estudos das línguas indígenas e propunha um programa integrado de pesquisa e documentação, não só das línguas brasileiras, mas também para as da América do Sul. O segundo apelo, que teve grande aceitação e levou vários alunos a abraçarem o novo caminho, está no artigo de Aryon Rodrigues (1966), Tarefas da lingüística no Brasil, em que afirma ser o estudo científico das línguas indígenas a maior tarefa da lingüística no Brasil:

Se é lícito falar em responsabilidade de uma comunidade com respeito à investigação científica na região em que vive essa comunidade, então os lingüistas brasileiros têm aí uma responsabilidade enorme, que é não deixar que se percam para sempre cento e tantos documentos sobre a linguagem humana (Rodrigues, 1966: 5).

Apesar da consciência assentida da comunidade lingüística, em 1983, o grau de institucionalização do campo ainda era baixo, segundo entrevistas feitas por Leite e Franchetto com 13 pesquisadores que se dedicavam ao estudo de línguas indígenas. Perguntados por que haviam escolhido trabalhar com línguas indígenas, a maioria respondeu: “foi por acaso”. Muitos descobriram a área de conhecimento e sua importância quando estudavam no exterior. Portanto não fora a escola, nem a faculdade que os impulsionara a “trabalhar com índios”. Convém observar que, desde 1962, a lingüística se tornara disciplina obrigatória no currículo dos cursos de letras, mas esta iniciativa oficial ainda não surtira efeitos palpáveis.

Outra recorrência foram as referências ao *Summer Institute of Linguistics* (SIL), atualmente cognominado *International Institute of Linguistics* e ao seu modelo e metodologia para a pesquisa de campo. Quase todos os entrevistados, de um modo ou de outro, haviam sofrido a influência do SIL, em disciplinas ou cursos dados por seus membros.

## 5.2 .As estratégias do SIL

Em 1958, o Departamento de Antropologia do Museu Nacional cria o Setor de Lingüística, cuja finalidade principal segundo a artigo primeiro de seu Regulamento era “o estudo, a pesquisa e o tombamento das línguas indígenas e dos falares portugueses regionais do Brasil”. O responsável pela organização do novo setor e condução do programa traçado foi J. Mattoso Camara Jr. ( cf. Leite, 1983).

Atendia-se, assim, 25 anos depois, ao apelo de José Oiticica, e ofereciam-se o espaço institucional e um lingüista de renome internacional para tentar sanar todos os descaminhos e equívocos acumulados no decorrer de quatro séculos.

Restava-se, porém, um problema: quem seriam os pesquisadores a executar a gigantesca tarefa? A solução foi entregá-la ao *Summer Institute of Linguistics*, ramo da empresa norte-americana, *Wycliffe Bible Translations*, que mantinha equipes de missionários na África, Ásia, América Central, América do Norte, com a finalidade de aprender a língua para nela depois traduzir a Bíblia e tornar os índios cristãos, só que, desta vez, na fé protestante. Na tentativa de inovação, a história se repetia: trocava-se documentação lingüística de povos conquistados pela salvação de suas almas.

Ao SIL, de acordo com o convênio firmado, competia não só descrever as línguas, mas também formar lingüistas brasileiros.. E, traçava para tal, um esquema de trabalho de campo de pelo menos três anos, a fim de proceder a análise fonêmica, morfológica, sintática, recolher textos e fazer um dicionário e um registo magnetofônico<sup>3</sup>. Tempo suficiente para também iniciar, sob a identidade de lingüistas, o trabalho de doutrinação.

---

<sup>3</sup> Para maiores informações sobre o projeto do Museu Nacional veja-se *O Setor Lingüístico do Museu Nacional: organização e objetivos*. Publicações Avulsas do Museu Nacional, nº 49, Rio de Janeiro, 1965

De cada fase, um relatório deveria ser arquivado no Museu Nacional. O SIL trouxe não só os missionários-lingüistas, mas também o modelo padronizado de como se deveria fazer a pesquisa de campo e de como deveriam ser apresentadas as descrições e análises. Além disso, o SIL produziu o *Formulário dos Vocabulários Padrões para Estudos Comparativos Preliminares nas Línguas Indígenas Brasileiras*, primeira etapa da pesquisa, que constava de 341 itens, com os 200 itens do vocabulário nuclear de Morris Swadesh (1955), nomes com os possessivos, verbos, algumas frases. Este formulário deveria ser arquivado, cada item transcrito fonética e fonemicamente.

Embora, nos primeiros anos, os resultados parecessem promissores, em termos de uma política de documentação, a associação durou pouco tempo e, nos arquivos do Museu Nacional, restam desta experiência vários Formulários, algumas análises preliminares fonêmicas, alguns textos. As gravações enviadas são inaudíveis (cf. Leite, 1981).

O SIL manteve, independentemente, uma série de publicações, onde se encontram entre outras uma Gramática Munduruku, da autoria de Marjorie Crofts, uma Fonologia Asurini de Carl Harrison, um Dicionário Guarani de Dooley, uma descrição do parágrafo em Kayoá de Loraine Bridgeman, e uma série de artigos<sup>4</sup>. Maior projeção da produção do *Summer* sobre as línguas indígenas brasileiras se encontra no *Handbook of Amazonian Languages*, coordenado por Desmond Derbyshire e Geoffrey Pullum, atualmente com quatro volumes, constituídos de artigos sobre variados aspectos de línguas da América do Sul. Do Brasil, constam nos quatro volumes, esboços (*sketches*) gramaticais do Apalaí, Makuxi e Wai-Wai (Karibe) Paumari (Arawá), Warekena (Aruak), Canela-Krahô (Jê), Pirahã (Pirahã) e Urubu-Kaapor (Tupi), Sanumá (Yanomámi), um artigo sobre a ordem das palavras em Guajajara (Tupi) e um estudo comparativo das línguas Tupi-Guarani.

Acoplado ao projeto de descrição lingüística, havia um programa de educação bilingüe, em que a alfabetização em língua materna servia de ponte para a escolarização em português. Nesse programa eram selecionados os monitores que seriam levados posteriormente para a sede do SIL, a fim de auxiliarem na tradução dos textos sagrados. O objetivo da escolarização era tornar possível a leitura diária e individual da bíblia, que seria mais eficiente se feita e introjetada em língua materna. O grande empenho do *Summer* foi

---

<sup>4</sup> Em Rodrigues (1986: *passim*) encontram-se, de maneira mais completa, os trabalhos produzidos pelo SIL.

se tornar o órgão que conduziria oficialmente a educação indígena., posição essa que continua a ser perseguida pelo ramo brasileiro do SIL, cognominado ALEM.

A ideologia do *Summer*, seu modelo de descrição, sua ação catequética, seu programa de educação bilingüe, e, principalmente, suas conseqüências para a constituição do campo da Lingüística Indígena no País foram analisadas por Leite (1981), Barros (1993) e Seki (1999).

A retirada oficial do SIL do Brasil coincidiu com a consolidação da pós-graduação nas universidades, que iniciou uma nova era e possibilitou novos rumos na documentação e descrição das línguas indígenas brasileiras.

### 5.3 *A autonomia do campo*

Iniciada timidamente na década dos 70, a pós-graduação abriu perspectivas de uma autonomia do campo. Até então o espaço acadêmico da lingüística indígena estava limitado aos Museus e fazia parte da Antropologia. O primeiro espaço que lhe foi conferido no Museu Paranaense, sob a direção de Mansur Guérios, que chamou Aryon Dall'Igna Rodrigues para conduzir os trabalhos de pesquisa. Data desta época a documentação do Xetá (Tupi), a única que se tem até o dia de hoje. Outra iniciativa teve lugar com a fundação da Universidade de Brasília, para onde foi Aryon Rodrigues, já com seu doutorado na Alemanha, com tese sobre a fonologia Tupinambá. Idealizada por Darcy Ribeiro, com um projeto revolucionário gestado por intelectuais de várias áreas do conhecimento, tinha a missão de acompanhar a nova era de modernização do país e de promover a sua independência cultural, científica e tecnológica. Ao chamado de colaboração atenderam professores renomados de todas as áreas, dispostos a participar desse empreendimento altamente promissor e gratificante. A lingüística encontrou aí um espaço amplo e livre para moldá-lo de forma inovadora e moderna. A experiência que se iniciava alvissareira abortou com pouco tempo de vida, com o golpe militar de 1964 e com o regime de exceção que daí se seguiu. E somente mais de 10 anos depois, começou a se reconstituir com outra proposta.

Restou, nesse intervalo de tempo, o Museu Nacional para onde foi Aryon Rodrigues, que participou da pós-graduação em lingüística, iniciada em 1968 e transferida

para a Faculdade de Letras da UFRJ em 1970. É nessa época que a Unicamp inicia também sua pós-graduação e para lá se muda Rodrigues para, com sua experiência, montar o programa de línguas indígenas.

Nessa época, uma disciplina oferecida era *Trabalho de campo*, no qual os pós-graduandos recolhiam dados de um falante de língua não indo-européia e apresentavam, como trabalho, uma descrição preliminar. Desse mesmo período, restam duas dissertações de mestrado, uma sobre a fonologia do Ikpeng de Charlotte Emmerich (1980), e resultado de dados recolhidos desse grupo Jê, de contato recente, atraídos para o Parque Indígena do Xingu e outra sobre a fonologia e morfofonologia do Kaxuyana (Karibe), da autoria de Ruth Wallace Garcia de Paula (1980), também produto de trabalho de campo.

Assim, a lingüística vai conquistando sua autonomia. Se tanto no Museu Nacional, quanto na UnB e na Unicamp, na fase inicial, ainda foi necessário o concurso de membros do *Summer*, como professores, seus membros se tornaram alunos, em pouco tempo, essa participação se tornou dispensável, pois vários professores se deslocaram do país, a fim de obter do grau de mestre ou de doutor. A esses se juntaram os que já tinham haviam se titulado em outras épocas ou em outras plagas e, aos poucos, se constitui um corpo docente capacitado e, mais do que isso, com formação teórica diversificada.

A lingüística indígena deixa, pois, o campo da antropologia e, embora mantendo uma identidade diferenciada, ingressa no mundo das letras. Se antes o *locus* para a apresentação de trabalhos eram as reuniões bi-anuais da Associação Brasileira de Antropologia (Aba), hoje os encontros da Associação Brasileira de Lingüística (Abralín) e da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Lingüística (Anpoll), que abriga o GT Línguas Indígenas Brasileiras, absorveram esse espaço.

#### 5.4 .O estado da arte

Um mero exame da produção em línguas indígenas nos últimos anos e das dissertações e teses oriundas dos programas de pós-graduação mostra, de imediato, uma salutar mudança: a destupinização tão almejada se efetivou, o molde hegemônico de descrição esvaiu-se e a diversidade teórica instalou-se.

Em nove centros universitários desenvolvem-se pesquisas com línguas indígenas. Unicamp, Universidade de Brasília, Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional, Universidade Federal de Goiás/Museu Antropológico, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal de Rondônia, Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal de Alagoas, Universidade Estadual de Londrina, Museu Paraense Emilio Goeldi. Além disso são promovidos cursos de especialização (Museu Nacional), palestras, conferências, seminários, cursos para professores indígenas (Unicamp) que têm por finalidade de abrir novas perspectivas para estudantes, mas também difundir a importância e produção do campo<sup>5</sup>.

Valemo-nos aqui do excelente levantamento feito por Lucy Seki (1999), ainda parcialmente inédito, que abrange tanto os artigos publicados, as comunicações em congresso, encontros, seminários, quanto as dissertações de mestrado e teses de doutorados realizadas tanto no país e no exterior, cobrindo o período de 1960 a nossos dias. Dada à marginalidade que a lingüística indígena ainda ocupa no país, a produção pode ser considerada significativa e, neste primeiro levantamento, evidentemente incompleto, constam-se 400 títulos de trabalhos publicados, em periódicos nacionais e estrangeiros, sem contar as comunicações a congressos, simpósios, seminários e encontros, ainda não publicados, mas que circulam entre os especialistas. A parte mais completa é a referente a dissertações de mestrado e doutorado: são 107 dissertações de mestrado, das quais 5 foram feitas no exterior e 44 de doutorado, das quais 16 foram defendidas no exterior. Restringimos os resultados apresentados a seguir às dissertações de mestrado e teses de doutorado<sup>6</sup>, ressaltando alguns tópicos que são significativos para um retrato atual do campo.

Os trabalhos não se restringem a descrições e análises lingüísticas, o que demonstra uma expansão do campo. Há teses e dissertações sobre a questão da educação indígena<sup>7</sup>,: (Braggio, 1986; Guimarães, 1996;.Leitão,1997; Maher, 1990;1996; Mendes, 1995; Monte, 1994 Vencio, 1996; Hermosilla Sáchez, 1997: Honório, 2000; ), o contato com o português

---

<sup>5</sup> Em Seki (2000a), encontram-se arrolados os pesquisadores, projetos de pesquisa e programas que cada um desses centros desenvolve.

<sup>6</sup> Em apêndice se encontra a lista, em ordem alfabética por autor, das dissertações e teses defendidas. Agradecemos aqui a generosidade de Lucy Seki pela permissão para tornar público a segunda parte de seu trabalho A lingüística indígena no Brasil (Seki, 2000a). Agradecemos também a Ángel Mori as informações suplementares, que nos permitiram aprimorar a análise da documentação aqui contida.

(Albuquerque, 1999; Costa, 1994; Emmerich, 1984), política lingüística e o papel do SIL (Barros, 1993). Sobressaem-se os trabalhos de cunho comparativo e de reconstrução histórica, eterna busca e objetivo dos que se dedicam à área, presentes desde o início da constituição do campo, feitos, porém, agora, com bases em novos materiais descritivos (Cabral, 1995; França, 1993; Jensen, 1984, Lanes, 2000; Meira, 1998; Mello, 1992; Sampaio, 1998; Schleicher, 1998; Soares, 1979; Vegini, 1995.). E também as reanálises, em bases modernas, de material histórico (Araújo, 1992; Rodrigues, 1959, Rodrigues, 1974), indispensável para que o trabalho de classificação se complete, já que atualmente algumas dessas línguas já são extintas, ou são faladas por um número reduzido de indivíduos mais velhos.

A maior parte, porém, está centralizada na descrição de aspectos lingüísticos, que vão da fonética, fonologia segmental e prosódica, morfossintaxe, sintaxe, semântica, interfaces fonologia/sintaxe e sintaxe/semântica, léxico. Deve-se ressaltar que gramáticas de referência já começam a surgir, tais como as que se encontram nas teses de doutorado sobre as línguas Apurinã (Fagundes, 2000), Mýky (Monserrat, 2000), Kadiwéu (Sandaló, 1995), Karitiana (Storto, 1999), Karo (Gabas Júnior, 1999), Kaxinawá (Camargo, 1991), Tiriyo (Meira, 2000), Trumai (Ghirardello, 1999). A qualidade destes trabalhos é atestada pelo outorga do *Mary Haas Award*, conferido à melhor tese de doutorado sobre línguas ameríndias, a Sergio Meira (2000) por sua tese de doutorado *A grammar of Tiriyo*.

Os estudos sobre gêneros e discursos são os que menor atenção têm recebido: há apenas três teses, duas de doutorado, ambas focalizando línguas Karibe, a de Franchetto (1986), sobre as modalidades de fala em Kuikuro e a de Sousa (1999) sobre o discurso em Bakairi e uma de mestrado de Monica Thereza Pechincha (1994), que trata do mito e rito em Kadiwéu, da família Guaikuru.

Computam-se 83 línguas descritas (sem se contar com a língua da família Bantu), arroladas abaixo pela classificação genética de Rodrigues (1986), que nos permite ter uma visão panorâmica da diversidade e ampliação do campo.

*Família Aruák:* Apurinã, Ashenica do Ucayali (Peru), Baré, Baniwa, Hohodene, Kuripako, Mehináku, Yawalapíti.

---

<sup>7</sup> Para a referência completa dos trabalhos arrolados a seguir consulte-se o apêndice em anexo.

*Família Arawá:* Suriwaka.

*Família Karibe:* Arara, Bakairi, Ikpeng (Txikão), Kaxuyana, Kuikuro, Makuxi, Taurepang, Tiriyo.

### *Tronco Tupi*

Família Arikém: Karitiana.

Família Juruna: Juruna, Xipaya.

Família Mondé: Cinta Larga, Gavião, Suruí.

Família Munduruku: Munduruku.

Família Rama-rama: Karo.

Família Tupari: Makuráp, Tupari.

Família Tupi-Guarani: Asurini do Trocará, Avá-Canoeiros, Guajá, Guarani antigo, Guarani moderno (Paraguai), Kamayurá, Kokama, Mbyá, Língua Geral (Amazônia), Parakanã, Surui (Akwawa), Tembé (Tenetehara), Tupinambá, Urubu-Kaapor, Uru-eu-au-au (Anodawa), Wayampi.

Outras línguas: Aweti, Mawé (Sateré).

### *Macro Jê*

Família Botocudo: Krenák, Nakrehé.

Família Jê: Apinayé, Kaingang, Kayapó, Gavião (Parakãteyé), Panará (Kren-Akorore), Pykobyé, Suyá, Xokleng.

Família Karajá: Javaé, Karajá.

Família Kariri: Kiriri (Kipeá).

Outras línguas: Guató, Yatê.

*Família Guaikuru:* Kadiwéu, Macovi.

*Família Múra:* Pirahã.

*Família Maku:* Dou, Nadëb, Yahup.

*Família Maxakali:* Maxakali.

*Família Pano:* Arara, Katukina, Kaxinawá, Marubo, Matsés, Poyanáwa, Shanenawa.

*Família Txapakura:* Moré.

*Família Yanomami:* Yanomami.

*Línguas isoladas*: Irantxe (Mýky), Jabuti, Kanoê, Máku, Mapudungun (Mapuche, Chile e Argentina), Tikuna, Trumai.

Família Bantu: Si Makonde.

Vale observar aqui que ultrapassam-se as fronteiras do Brasil, com trabalhos defendidos sobre o Aguaruna (Jívaro, Mori, 1994) e Asheninca Ucaiali (Aruak, Salazar, 1993) do Peru, o Mocovi (Guaikuru) do Chaco Argentino (Gualdieri, 1998), Mapudungun, além de temas como toponímia pré-histórica no Chile (Bernales Lillo, 1995) e bilingüismo Espanhol/Mapudungun mais conhecido como Mapuche, da zona central do Chile e da Argentina (Hermosilla Sánchez, 1997). Conta-se também com uma disseertação língua africana, o Si-Makonde da família Bantu e falada em Moçambique (Liphola, 1991).

Mesmo um breve exame mostra, que, além da diversidade de temas, há um diversidade teórica. Há trabalhos feitos segundo o estruturalismo, a tipologia clássica, o funcionalismo e o gerativismo. Utilizam-se tanto modelos norte-americanos, quanto franceses, russos, ou a clássica metodologia comparativista. As universidades estrangeiras também são várias: MIT, Hamburgo, Moscou, Rice, Petisburgo, Paris IV, V, VIII, Kansas, Oregon, Novo México, Nova Iorque, Wisconsin.

Muitas vezes, parte da descrição, em geral a fonologia e alguns aspectos morfológicos, são apresentados na dissertação de mestrado e na de doutorado os temas são aprofundados. Também as línguas passaram a ter mais de um pesquisador a estudá-la, não sendo mais o grupo privilégio de um único estudioso ou de uma instituição, como foi prática corrente durante muito tempo.

Na parte de publicação, a política mais sistemática é da Unicamp. Dos 10 (dez) trabalhos publicados (no anexo assinaladas com asterisco), 5 (cinco) são da editora daquela universidade.

Dois livros de orientação para iniciantes ou público em geral, já disponíveis há algum tempo, têm ampla circulação: um é a *Introdução ao estudo das línguas indígenas brasileiras*, fruto de aulas dadas no Museu Nacional por J. Mattoso Camara Jr. (Camara Jr., 1965); outro é de autoria de Aryon Dall'Igna Rodrigues, *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*, e apresenta as línguas por classificação genética,

discutindo-a, baseado em vasta bibliografia e quadro comparativos (Rodrigues, 1986). São dois livros de introdução que não se sobrepõem, antes se complementam.

Observe-se que apesar de se estar lidando com línguas até bem recentemente ágrafas que se caracterizam, portanto, pela oralidade, não se tem notícia de arquivos institucionais sonoros, ou mesmo, iniciativas de arquivos abertos para consulta ao público, inclusive aos índios, onde a documentação já existente possa ser manuseada, reduplicada.

Neste contexto, surge uma boa nova: a publicação da *Gramática do Kamaiurá* (Seki 2000), a qual reinaugura, em bases modernas, o estudo descritivo das línguas tupi-guarani.

Não há dúvida de que o avanço é grande e que o campo está em plena efervescência, com um número alto de encontros específicos, vinda de professores estrangeiros, publicações, projetos integrados, porém ainda é pequeno, se nos lembrarmos que o desiderato e a mola propulsora dos que participam dessas tarefas resgatar a língua e, através dela, a cultura, e, ao mesmo tempo, instrumentalizar essas populações para fazerem face a nós, podendo atuar no mundo dos brancos em condições de maior igualdade e, assim defender seus direitos garantidos na Carta Magna.

#### *6.A assessoria em projetos educacionais: um retorno válido?*

Nas entrevistas feitas por Leite e Franchetto (1983), os participantes, recorrentemente, se referiam à necessidade de dar um “retorno” ao grupo que estudavam. E a forma como viam essa missão era assessorar projetos de educação bilingüe. Competiria ao lingüista fornecer a grafia para que nela se traduzisse o material didático. Acredita-se que uma boa escola bilingüe terá a dupla função de revitalizar a cultura e fornecer os instrumentos para que a desigualdade entre os índios e os brancos diminua.

A educação formal é uma faca de dois gumes. Cria-se na sociedade um grupo, geralmente de jovens, com um conhecimento, especializado, do qual os mais velhos são alijados, mexendo-se assim na delicada teia de relações familiares e de poderes na aldeia.

Gnerre (1998) adverte para a ingenuidade contida nessa forma de retorno, isto é, de propiciar às populações indígenas um letramento em sua língua materna, ao comentar que

O modelo de língua escrita que é assumido, em geral, é aquele da modalidade expressiva das línguas européias, que, como já se disse, fica mais longe das

modalidades e gêneros expressivos próprios da oralidade. Desta forma realiza-se o tipo talvez mais sutil de dominação: a de chegar a convencer os dominados de que sua língua pode (e deve) ser utilizada à imagem e semelhança da língua dos dominadores.(Gnerre, 1998:108-109).

Pode-se, assim, passar rapidamente de herói a vilão, por melhores que sejam as intenções.

Porém ser lingüista/assessor é hoje uma inserção cada vez mais comum, ora por ser o único meio para realizar o indispensável estudo em campo, ora por ser considerado o especialista por excelência para lidar com processos de elaboração de ortografias e de manejo das línguas indígenas na escola, condição *sine qua non* para a implementação de políticas educacionais, sejam elas governamentais ou não, à luz dos princípios da educação bilíngüe. Em alguns casos, lingüista e educador são personagens que se confundem; o legado missionário – católico ou evangélico – continua no horizonte; a arena política, nas escalas local e central, é complexa, envolvendo, não poucas vezes, expectativas e demandas dos índios raramente ouvidas ou discutidas.

Além disso, são os índios que muitas vezes pedem esse tipo de instrução: ter uma língua viva é prova de ser índio verdadeiro e de ter garantido o acesso à terra de modo mais rápido e uma assistência oficial, que, algumas vezes, os presenteia com um trator, uma ida a Brasília ou tratamento em hospital.

E querem uma escola igual à da cidade mais próxima, de tijolo, com telhado de eternit, janelas e portas de ferro, com carteiras, quadro negro, lista de presença, horários e relatórios. Muitos pensam em mandar os filhos para a cidade grande para lá ter melhor ensino do português.

Na escola, surgem, em vários momentos, tentativas de restaurar o que se perdeu. E começa-se a substituir as palavras portuguesas que entraram na língua por composições indígenas. E há também a consulta aos mais velhos para registrarem mitos e cantos já esquecidos. Porém, nada consegue deter o avanço da língua majoritária e os atrativos oferecidos pela caixa de Pandora do maravilhoso mundo dos brancos.

Válido ou não válido é os que os lingüistas sabem e podem fazer, além de sua adesão à causa indígena. Mas deixemos que os próprios índios<sup>8</sup> nos digam o que pensam desta delicada questão política e experiências educacionais, sobre as quais já há reflexões e análises, que revelam uma confronto polêmico entre diferentes visões do trabalho de assessoria (D'Angelis & Veiga, 1997, Cadernos Cedes, 2000).

[...] temos que aprofundar mais na nossa língua. A nossa própria língua, a própria comunidade diz que não tem a regra., valoriza só a outra linguagem.[...] percebi que a nossa língua tem gerúndio. Eu nunca tinha percebido isso. (Kaxanapi Tapirapé, 29 de setembro de 1999).

Cada povo tem sua língua e cada língua tem seu valor. Nós, como falantes da língua, temos que valorizar a nossa própria língua e por isso temos que aprofundar mais o estudo dela, para que ela não se perca. Por isso temos que dar valor para nossa língua. Nós corremos o risco de perder a nossa língua. Os mais velhos estão desaparecendo. E nós, professores, temos de ir buscar com eles o conhecimento. Sugiro que se traga um velho para ele ensinar as palavras como eles usam, as palavras, o significado delas na frase. (Kamoriwã'i Tapirapé, 29 de setembro de 1999).

A nossa língua é um valor de nossa cultura. Nós não vamos perder a nossa língua, o nosso uso, a nossa tradição. A língua é nossa identidade. (Warinimytão Tapirapé, 29 de setembro de 1999).

É difícil dizer, fazendo parte do grupo dos intelectuais dominantes, se estes são pensamentos genuínos ou, meramente, a introjeção, por parte de nossos colegas intelectuais indígenas, de nossas idéias e da política educacional que propomos.

Embora possa haver vários pontos de encontro entre os índios e nós, induzidos, ou não, embora, em nossos prolongados trabalhos de campo, possamos ter feito amigos e ter chorado, junto com a família adotiva, a morte de parentes, embora lhe ofereçamos projetos

---

<sup>8</sup> Os trechos citados são provenientes das avaliações feitas, pelos professores Tapirapé, ao final do 3º Curso

modernos de educação e de resgate, na *anima* indígena, nós brancos, quer sejamos chamados de *caraíba*, *tori* ou *maira*, seremos sempre o inimigo, aqueles a quem se deve temer, por trazer consigo a destruição e a morte. O legado de 500 anos deixou uma triste memória.

## 7. Referências bibliográficas

ABREU, João Capistrano de. *rã-txa hu-ní-ku-ĩ: a língua dos Caxinauás do rio Ibuacú, afluente do Murú (Prefeitura de Tarauacá)*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1914.

ADELAAR, Willem. The endangered problem: South America. In: ROBONS, Robert; UHLENBECK, Eugene (Ed.). *Endangered languages*. New York: St. Marin's, 1991. p. 45-91.

ALVIANO, Fidelis de. Gramática, dicionário, verbos e frases e vocabulário prático da língua dos índios Ticunas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 180, p. 5-34, 1944.

ANCHIETA, José, Pe. *Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1980. Edição fac-similada de 1595.

AYROSA, Plínio. *Apontamentos para a bibliografia das línguas Tupi-Guarani*. 2. ed. rev. São Paulo: USP, 1954. 261 p. (Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; 169. Etnografia e língua tupi-guarani; 28).

BAKER, Mark *The polysynthesis parameter*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

BARROS, Maria Candida Drummond M. *Linguística missionária: Summer Institute of Linguistics*. 1993. Tese (Doutorado) – IFCH, Unicamp, Campinas, 1993.

\_\_\_\_\_; BORGES, Luiz C.; MEIRA, Márcio. A língua geral como identidade construída. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 191-219, 1996.

CADERNOS CEDES. Educação indígena e interculturalidade. Campinas: Unicamp, n. 49, 2000.

CÂMARA JR., J. Mattoso. *Introdução às línguas indígenas brasileiras*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1965.

\_\_\_\_\_. *A obra lingüística de Curt Nimuendaju*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1959. (Publicações avulsas do Museu Nacional; 29).

CHOMSKY, Noam. *Lectures on government and binding*. Dordrech: Foris, 1981.

D'ANGELIS, Wilmar; VEIGA, Juracilda (Orgs.). *Leitura e escrita em escolas indígenas*. Campinas: ALB: Mercado de Letras, 1997.

DAVIS, Irvine. Some macro-Jê relationships. *IJAL*, [s.l.], n. 34, p. 42-47, 1968.

DERBYSHIRE, Desmonde. C. Comparative survey of morphology and syntax in Brazilian Arawakan. In: DERBYSHIRE, Desmonde C.; PULLUM, Geoggrey (Eds.). *Handbook of Amazonian languages*. Berlin; New York; Amsterdam: Mouton de Gruyter. 1986-1999. v. 1: 1986.

\_\_\_\_\_; PULLUM, Geoggrey (Eds.). *Handbook of Amazonian languages*. Berlin; New York; Amsterdam: Mouton de Gruyter. 1986-1999. v. 1: 1986; v. 2: 1990; v. 3: 1991; v. 4: 1999.

DIXON, R. M. W.; AIKHENVALD, Alexandra Y. (Eds.). *The Amazonian languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

DURBIN, Marshall. A survey of the Carib language family. In: BASSO, E. (Ed.). *Carib speaking indians: culture and society*. Tucson: University of Arizona Press, 1977. P. 23-38.

EHRENREICH, Paul. *Materialen zur Sprachenkunde Brasiliens*. *Zeitschrift für Ethnologie*, Berlin, 1894-1897. v. 26: Die Sprache der Caraya (Goyaz), p. 20-37, p. 49-60, 1894; v. 27: Die Sprache der Akuä oder Chavantes und Cherentes (Goyaz), p. 149-162, 1895; Die Sprache der Cayapó (Goyaz), p. 115-137; Vocabulare der Guajajara und Anambe (Pará), p. 163-168; Die Sprache der Apiaka (Para), p. 168-176; v. 29: Vokabulare von Purus-Stämmen, p. 59-71, 1897.

EMMERICH, Charlotte. *A fonologia segmental da língua Txikão: um exercício de análise*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1980. (Lingüística; 10).

FIGUEIRA, Luiz, Pe. *Arte de grammatica da língua brasilica*. Lisboa., 2. ed. Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, 1877. [1687].

FLORIANA, Mansueto Barcatta Val, Frei. Ensaio de grammatica Kainjgang. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, n. 10, p. 529-563, 1918.

\_\_\_\_\_. Dicionarios kainjgang-portuguez e portuguez-kainjgang. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. 13, 1. parte, p. 1-392, 1920.

FRANCHETTO, Bruna. Línguas e história no Alto Xingu. In: FRANCHETTO, Bruna; HECKENBERGER, Michael (Orgs.). *Os povos do Alto Xingu: história e cultura*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ. 2000.

FRANCHETTO, Bruna; HECKENBERGER, Michael (Orgs.). *Os povos do Alto Xingu: história e cultura*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2000.

GABAS JR., Nilson. Genetic relationship among the Ramarama family of the tupi stock (Brazil). In: VOORT, Hein van der; KERKE, Simon van de (Eds.). *Indigenous languages of lowland South America*. Leiden: Universiteit Leiden, Research School of Asian, African, and Amerindian Studies (CNWS), 2000. p. 71-82.

GARVIN, Paul. Review. *International Journal of American Linguistics*, Bloomington, v. 12, 1946.

GILDEA, Spike O. *On reconstructing grammar: comparative Cariban morphosyntax*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

GIRARD, Victor. *Proto carib phonology*. 1971. Tese (PhD Diss.) – University of California, Berkeley, 1971.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GREENBERG, Joseph. *Language in the Americas*. Stanford: Stanford University Press, 1987.

GRENAND, Pierre ; GRENAND, Françoise. Amérique équatoriale: grande Amazonie. In: BAHUCHET, Serge (Ed.). *Situation des populations indigènes des forêts denses et humides*. Luxemburg: Office des Publications Officielles des Communautés Européennes. 1993. p. 89-176.

GRINEVALD, Colette. Language endangerment in South America: a programmatic approach. In: GRENOBLE, Lenore A.; WHALEY, Lindsay J. (Eds.). *Endangered languages: Language loss and community response*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 124-160.

HALE, Ken. Warlpiri and the grammar of non-configurational languages. *Natural Languages and Linguistic Theory*, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 5-47, 1983.

\_\_\_\_\_. On endangered languages and the importance of linguistic diversity. In: GRENOBLE, Lenore A.; WHALEY, Lindsay J. (Eds.). *Endangered languages: language loss and community response*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 192-216.

\_\_\_\_\_. Entrevista a Luciana Storto. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 147-162, 2000.

IBGE. *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ; Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1981.

JACONI, Antonio, Frei. Pequena gramática e dicionário da língua Tucana. In: \_\_\_\_\_. *Os Tucanos e outras tribos do rio Uaupés*. São Paulo, [s.n.], 1949.

JELINEK, Eloise. Empty categories, case, and configurationality. *Natural Language and Linguistic Theory*, [s.l.], n. 2, p. 39-76, 1984.

KAUFMAN, Terence K. Language classification in South America: what we know and how to know more. In: PAYNE, D. L. (Ed.). *Amazonian linguistics: studies in Lowland South American languages*. Austin: University of Texas Press, 1990. p. 213-241.

\_\_\_\_\_. The native languages of South America. In: MOSELY, Christopher; ASHER, R. E. *Atlas of the world's languages*. New York: Routledge, 1994. P. 46-76.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor. Betóya sprache Nordwestbrasilien und der angrenzenden gebiete. *Anthropos*, Viena, 1912-1916. v. 7: p. 429-612, 1912; v. 8: p. 944-976, 1913; v. 9: p. 151-195, 569-589, 812-832, 1914; v. 10-11: p. 114-158, 421-449, 1915-1916.

\_\_\_\_\_. Vom Roraima zum Orinoco: ergebnisse einer reise in Nordbrasilien und Venezuela in den jahre 1911-1913. Stuttgart: [s.n.], 1928. 4 v.

KRAUSE, Fritz. Die Yarumá – und Arawine – Indianer Zentralbrasilien. *Baessler-Archive*, Berlin, n. 19, p. 32-44, 1936.

KRAUSS, Michael. The world's languages in crisis. *Language*, [s.l.], n. 68, p. 4-10, 1992.

LARAIA, Roque de Barros; MATTA, Roberto da. *Índios e castanheiros: a empresa extrativista e os índios no médio Tocantins*. São Paulo: Difel, 1967.

LAUNEY, Michel. La elaboración de los conceptos de la diátesis en las primeras gramáticas del náhuatl. In: ZIMMERMANN, Klaus (Ed.). *La descripción de las lenguas amerindias en la época colonial*. Frankfurt: Vervuert; Madrid: Iberoamericana, 1997. p. 21-42.

LEITE, Yonne. Notícia dos trabalhos inéditos de Curt Nimuendaju. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 2, n. 8, p. 156-160, 1960.

\_\_\_\_\_. O Summer Institute of Linguistics: estratégias e ação no Brasil. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 60-64, 1981.

\_\_\_\_\_. A lingüística no Museu Nacional: o papel de Luiz de Castro Faria. *Anuário Antropológico*, Brasília, p. 233-242, 1983.

\_\_\_\_\_. A gramática de Anchieta: 500 anos de língua tupi. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 163, p. 42-47, 2000.

\_\_\_\_\_; FRANCHETTO, Bruna. A concepção dos lingüistas. *Cadernos de Lingüística*, Campinas, v. 4, p. 15-30, 1983.

LEMLE, Miriam. Internal classification of the Tupi Guarani linguistic family. In: BENDOR-SAMUEL, David (Ed.). *Tupi studies I*. Norman: University of Oklahoma, 1971. (Summer Institute of Linguistics Publications in Linguistics and Related Fields; 29).

LINHARES, Maria Yedda. Prefácio a Cristóbal de Acuña (1641). *Novo descobrimento do grande rio Amazonas*. Tradução de Helena Ferreira. Rio de Janeiro: Agir, 1994.

MAGALHÃES, José Vieira Couto. *O selvagem*. Rio de Janeiro: Typographia da Reforma, 1876.

MAMIANI, Luiz Vicencio. *Arte de grammatica da lingua brasilica da naçam Kiriri*. Lisboa: [s.n.], 1699.

MARTIUS, Carl Friedrich Phil von. *Beiträge zur Ethnografie und Sprachenkunde Amerika's zumal Brasiliens*. Leipzig: Friedrich Fleischer, 1867. v. 2: Wörtersammlung brasiliansicher Sprachen, Glossaria linguarum brasiliensium, Glossario de diversas linguas e dialetos que fallão os indios do império do Brazil.

MEIRA, Sérgio. *A reconstruction of proto-taranoan: phonology and morphology*. München: Lincom Europa, 2000.

MENSE, Hugo, Frei. Língua mundurucú: vocabulários especiais: vocabulários apalaí, uiabói r maué. *Arquivos do Museu Paranaense*, Curitiba, v. 6, p. 107-148, 1947.

MONTEIRO, Clovis. Da influência tupi. In: \_\_\_\_\_. *Português da Europa e português da América*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1931.

MOORE, Denny. A few aspects of comparative Tupi syntax. *Revista Latinoamericana de Estudios Etnolingüísticos*, Lima, v. 8, 1994. Lingüística Tupi-Guarani y Caribe: ponencias presentadas en el 47º Congreso Internacional de Americanistas, Lima – Peru.

\_\_\_\_\_. Tonal system of the Gavião language of Rondonia, Brazil, in Tupian perspective. In: SYMPOSIUM CROSS-LINGUISTICS STUDIES OF TONAL PHENOMENA, TYPOLOGY, AND RELATED TOPICS, 1999, Shigeki Kaji. *Proceedings...* Tokyo: University of Foreign Studies, Institute for the Study of Languages and Cultures of Asia and Africa, 1999. p. 297-310.

\_\_\_\_\_; GALUCIO, Vilacy. Reconstruction of proto-tupari consonants and vowels. In: MEETING OF THE SOCIETY FOR THE STUDY OF THE INDIGENOUS LANGUAGES OF THE AMERICA. *Proceedings...* Org. by Margaret Langdon. Berkeley: University of Berkeley: Department of Linguistics, 1993. p. 119-138. (Survey of California and other Indian languages. Org. by Leanne Hinton; 8).

\_\_\_\_\_; STORTO, Luciana. *Lingüística indígena no Brasil*. 1992. Ms.

NOELLI, Francisco da Silva. As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 7-53, 1996.

\_\_\_\_\_. The Tupi: explaining origin and expansions in terms of archaeology and historical linguistics. *Antiquity*, [s.l.], v. 72, n. 277, p. 648-663, 1998.

OITICICA, José. Do método no estudo das línguas sulamericanas. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 41-81, 1933.

PALÁCIO, Adair Pimental. *Guató: a língua dos índios canoieiros*. 1984. Tese (Doutorado) – Departamento de Lingüística, IEL, Unicamp, Campinas, 1984.

PAULA, Luiz Gouvêa. *Semô: mudança de código em eventos na língua tapirapé*. 1997. Monografia (final de curso) – Universidade Estadual de Mato Grosso, Cuiabá, 1997.

PAULA, Ruth Wallace Garcia de. *Língua Kaxuyana: fonologia segmental e afixos*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1980. (Lingüística ; 9).

PAYNE, David. A classification of Maipuran (Arawakan) languages based on shared lexical retentions. In: DERBYSHIRE, Desmond C.; PULLUM, Geogrey (Eds.). *Handbook of Amazonian languages*. Berlin; New York; Amsterdam: Mouton de Gruyter. 1986-1999. v. 3: 1993.

PERINI, Mário Alberto. Um Prometeu da lingüística brasileira. In: \_\_\_\_\_. *Sofrendo a gramática*. São Paulo: Ática, 1997.

QUEIXALÓS, Francisco; RENAULT-LESCURE, Odile (Orgs.). *As línguas amazônicas hoje*. São Paulo: IRD/ISA/MPEG, 2000.

RIBEIRO, Darcy. Culturas e línguas indígenas do Brasil. *Educação e Ciências Sociais*, [Rio de Janeiro], v. 2, n. 6, p. 1-102, 1957.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. O artigo definido e os numerais na língua Kirirí: vocabulários português-kirirí e kirirí-português. *Arquivos do Museu Paranaense*, Curitiba, v. 2, p. 179-212, 1942.

\_\_\_\_\_. A classificação do tronco lingüístico Tupi. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 12, p. 99-104, 1964.

\_\_\_\_\_. Tarefas da lingüística no Brasil. *Estudos Lingüísticos*, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 4-15, 1966.

\_\_\_\_\_. Evidence for Tupi-Carib relationships. In: KLEIN, H. E. M.; STARK, L. R. (Eds.). *South American indian languages: retrospect and prospect*. Austin: University of Texas Press, 1985a.

\_\_\_\_\_. Relações internas na família lingüística Tupi-Guarani. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 27-28, p. 33-53, 1985b.

\_\_\_\_\_. *Línguas brasileiras*. São Paulo: Loyola, 1986.

\_\_\_\_\_. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. *Delta*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 83-103, 1993.

\_\_\_\_\_. Descripción del tupinambá en el período colonial: el arte de Anchieta. In: ZIMMERMANN, Klaus (Ed.). *La descripción de las lenguas amerindias en la época colonial*. Frankfurt: Vervuert; Madrid: Iberoamericana, 1997. p. 371-400.

\_\_\_\_\_. Hipóteses sobre as migrações dos três subconjuntos meridionais da família Tupi-Guarani. In: CONGRESSO NACIONAL DA ABRALIN, 2, 2000. *Atas*. Florianópolis: UFSC, 2000. CD-ROM.

\_\_\_\_\_; DIETRICH, Wolf. On the linguistic relationship between Mawé and Tupi-Guarani. *Diachronica*, [s.l.], v. 14, n. 2, p. 265-304, 1997.

SALA, Antonio Maria. Ensaio de grammatica Kaiapó. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. 12, p. 393-429, 1914.

SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geographia nacional: memória lida no Instituto Histórico e Geographico de São Paulo*. São Paulo: Casa Eclectica, 1901.

SEKI, Lucy. A note on the last Botocudo language. *International Journal of American Linguistics*, Bloomington, v. 51, n. 4, p. 581-583, 1985.

\_\_\_\_\_. *A lingüística indígena no Brasil*. 1999. ms.

\_\_\_\_\_. A lingüística indígena no Brasil. *Delta*, São Paulo, v. 15, p. 257-290, 2000a. Número especial.

\_\_\_\_\_. *Gramática Kamayurá: língua Tupi-Guarani do Alto Xingu*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000b.

SILVA, Thaís Cristófar. *Descrição fonética e análise de alguns processos fonológicos da língua Krenak*. 1986. Dissertação (Mestrado) – FALE, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1986.

SNETHLAGE, Emilie. Zur Ethnographie der Chipaya und Curuahé. *Zeitschrift für Ethnologie*, [s.l.], v. 12, p. 609- 637, 1910.

\_\_\_\_\_. Chipaya und Curuya Wörter. *Anthropos*, Viena, v. 28, p. 65, 1932.

SOARES, Marília F.; LEITE, Yonne. Vowel shift in the Tupi-Guarani language family: a typological approach. In: KEY, M. R. (Ed.). *Language change in South American indian languages*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1991. p. 36-53.

SOUZA, Tania Conceição Clemente de. *Discurso e oralidade: um estudo em língua indígena*. Rio de Janeiro: Ed. UFF, Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação, 1999. 231 p. (Publicações do MCII)

\_\_\_\_\_. O traço sonoro em Bakairi. In: WETZELS, Leo (Org.). *Estudos fonológicos das línguas indígenas brasileiras*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1995. p. 29-52.

STEINEN, Karl von den. *Durch Central Brasilien*. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1886.

\_\_\_\_\_. *Die Bakairi-Sprache*. Leipzig: K. F. Kohler's Antiquarium, 1892.

STORTO, Luciana. A report on language endangerment in Brazil. In: BOBALJIK, Jonathan D.; PENSALFINI, Rob.; STORTO, Luciana (Eds.). *Papers on language endangerment and the maintenance of linguistic diversity*. The MIT Working Papers in Linguistics, v. 28, p. 85-98, 1996.

SWADESH, Morris. Towards greater accuracy in lexicostatistic dating. *International Journal of American Linguistics*, Bloomington, v. 21, n. 2, 1955.

TORERO, Alfredo. Entre Roma y Lima: el lexicon Quichua de fray Domingo de Santo Tomás [1560]. ZIMMERMANN, Klaus (Ed.). *La descripción de las lenguas amerindias en la época colonial*. Frankfurt: Vervuert; Madrid: Iberoamericana, 1997.

URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 87-102.

\_\_\_\_\_. On the geographical origins and dispersion of tupian languages. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 61-104, 1996.

VILLALÓN, Eugenia. A spatial model of lexical relationships among fourteen Cariban varieties. In: KEY, M. R. (Ed.). *Language change in South American indian languages*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1991. p. 54-96.

WIED-NEUWIED, Maximilian Prinz zu. *Reise nach Brasilien in den Jahre 1815 bis 1817*. Frankfurt: [s.n.], 1820-1821. 2 v.

WISE, Ruth. Valence changing affixes in Maipuran Arawakan languages. In: PAYNE, D. L. (Ed.). *Amazonian linguistics: studies in Lowland South American language*. Austin: University of Texas Press, 1990.

ZIMMERMANN, Klaus. Introducción: apuntes para la historia de la lingüística de las lenguas amerindias. In: \_\_\_\_\_ (Ed.). *La descripción de las lenguas amerindias en la época colonial*. Frankfurt: Vervuert ; Madrid: Iberoamericana, 1997. p. 9-20.

## Anexo

### Dissertações e Teses:

#### 1. Defendidas no Brasil:

##### 1.1. Dissertações de Mestrado:

AGUIAR, Maria Suelí de. *Elementos de descrição sintática para uma gramática do Katukina*. 1988. 79 f. – Departamento de Lingüística, IEL, Unicamp, Campinas, 1988. Orient.: Dr<sup>a</sup> Charlotte M. C. Galves.

ALBURQUERQUE, Francisco Edviges. *Contato dos Apinayé de Riachinho e Bonito com o português: aspectos da situação sociolingüística*. 1999. – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Silvia L. B. Braggio.

ALVES, Poliana. *Análise fonológica preliminar da língua Tuparí*. 1991. – UnB, Brasília, 1991. Orient.: Dr. Aryon Dall’Igna Rodrigues.

ANGOTTI, M. L. O. *A causativização em Mundurukú: aspectos morfossintáticos*. 1998. – UnB, Brasília, 1998. Orient.: Dr. Aryon Dall’Igna Rodrigues.

ARAÚJO, Benedita Aparecida Chavedar. *Análise do Wörterbuch der Botokudensprache*. 1992. 114 f. + Apêndice. – Departamento de Lingüística, IEL, Unicamp, Campinas, 1992. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Lucy Seki.

ARAÚJO, Gabriel Antunes. *Fonologia e morfologia Maxakali*. 2000. 144 f. – Departamento de Lingüística, IEL, Unicamp, Campinas, 2000. Orient.: Dr. Angel H. Corbera Mori.

ARAÚJO, Leopoldina M. de S. *Estruturas subjacentes de alguns tipos de frases declarativas-afirmativas do dialeto Gavião Jê*. 1977. – UFSC, Florianópolis, 1977. Orient.: Dr. Carl Harisson.

AZEVEDO, Gilda Maria C. de. *Língua Kiriri: descrição do dialeto Kipeá*. 1965. – UnB, Brasília, 1965. Orient.: Dr. Aryon Dall’Igna Rodrigues.

BACELAR, Laércio N. *Fonologia preliminar da língua Kanoê*. 1992. 119 f. – UnB, Brasília, 1992. Orient.: Dr. Aryon Dall’Igna Rodrigues.

BALTAR, Marco Antonio Rocha. *Sistemas de classificação do Baniwa do Içana-Hohodene, língua Arawak do Norte do Rio Negro*. 1995. – UFSC, Florianópolis, 1995. Orient.: Dr. Jean-Pierre Angenot.

BARBOSA, Eurípedes A. *Aspectos fonológicos da língua Yatê*. 1992. 55 f. – UnB, Brasília, 1992. Orient.: Dr. Aryon Dall'Igna Rodrigues.

BARBOSA, José Natal. *Contribuição a análise fonológica do Suruí do Tocantins*. 1993. 59 f. – UnB, Brasília, 1993. Orient. Dr. Aryon Dall'Igna Rodrigues.

BARROS, Luizete Guimarães. *A nasalização vocálica e fonologia introdutória à língua Katukina (Páno)*. 1987. 112 f. – Departamento de Linguística, IEL, Unicamp, Campinas, 1987. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Maria Bernadete M. Abaurre.

BORELLA, Cristina de Cássia. *Aspectos morfossintáticos da língua Awetí (Tupí)*. 2000. 210 f. – Departamento de Linguística, IEL, Unicamp, Campinas, 2000. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Lucy Seki.

BORGES, Luiz Carlos. *A língua geral amazônica: aspectos de sua fonêmica*. 1991. 101 f. – Departamento de Linguística, IEL, Unicamp, Campinas, 1991. Orient.: Dr. Aryon Dall'Igna Rodrigues.

BORGES, Marília de Nazaré Ferreira. *Aspectos da morfossintaxe do sintagma nominal na língua Kayapó*. 1995. 57 f. – UnB, Brasília, 1995. Orient.: Dr. Aryon Dall'Igna Rodrigues.

BORGES, Mônica V. *As falas feminina e masculina no Karajá*. 1997. – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Marita Pôrto Cavalcante.

BRAGA, Alzerinda de Oliveira. *A fonologia segmental e aspectos morfofonológicos da língua Makurap (Tupí)*. 1992. 76 f. – Departamento de Linguística, IEL, Unicamp, Campinas, 1992. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Maria Bernadete M. Abaurre.

BRAGGIO, Sílvia Lúcia Bigonjal. *Aspectos fonológicos e morfológicos do Kadiwéu*. 1981. 76 f. – Departamento de Linguística, IEL, Unicamp, Campinas, 1981. Orient.: Dr. Aryon Dall'Igna Rodrigues.

BUBLITZ, Terezinha. *Análise fonológica da língua Xokleng*. 1994. 52 f. – UnB, Brasília, 1994. Orient.: Dr. Aryon Dall'Igna Rodrigues.

CAMPETELA, Cilene. *Análise do sistema de marcação de caso nas orações independentes da língua Ikpeng (Karib)*. 1997. 162 f. – Departamento de Linguística, IEL, Unicamp, Campinas, 1997. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Lucy Seki.

CÂNDIDO, Gláucia Vieira. *Aspectos fonológicos da língua Shanenawá (Pano)*. 1998. 137 f. – Departamento de Linguística, IEL, Unicamp, Campinas, 1998. Orient.: Dr. Angel H. Corbera Mori.

CARVALHO, Carmem Tereza Dorigo de. *A decodificação da estrutura frasal em Matsés*. 1992. – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Marília Facó Soares.

\*COMODO, Cristina Helena Rohwedder. *Concordância em Mundurukú*. 1981. 54 f. – Departamento de Linguística, IEL, Unicamp, Campinas, 1981. Orient.: Dr. Aryon Dall'Igna Rodrigues. Publicada em 1987 pela Ed. da Unicamp, Série Línguas indígenas.

COSTA, Januacele F. *Bilingüismo e atitudes lingüísticas étnicas: aspectos do contato Português - Ya:tê*. 1994. 171 f. – UFPE, Recife, 1994. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Adair Pimentel Palácio.

COSTA, Raquel G. Romankevicius. *Padrões rítmicos e marcação de caso em Marubo*. 1992. – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Marília Facó Soares.

CRUZ, Maria Odileis Sousa. *A fonologia Taurepang: uma língua da família Karib falada em Roraima*. 1995. 93 f. – UFPE, Recife, 1995. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Adair Pimentel Palácio.

CUNHA, Carla Maria. *A morfossintaxe da língua Arara (Pano) do Acre*. 1993. 172 f. – UFPE, Recife, 1993. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Adair Pimentel Palácio.

CUNHA, Péricles. *Análise fonêmica preliminar da língua Guajá*. 1987. 68 f. – Departamento de Linguística, IEL, Unicamp, Campinas, 1987. Orient.: Dr. Aryon Dall'Igna Rodrigues.

DOURADO, Luciana G. *Estudo preliminar da fonêmica Panará*. 1990. – UnB, Brasília, 1990. Orient.: Dr. Aryon Dall'Igna Rodrigues.

DUARTE, Fábio B. *Análise gramatical das orações da língua Tembé*. 1997. – UnB, Brasília, 1997. Orient.: Dr. Aryon Dall'Igna Rodrigues.

\*EMMERICH, Charlotte. *A fonologia segmental da língua Txikão: um exercício de análise*. 1980. – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1980. Orient.: Dr. Aryon Dall'Igna Rodrigues.

EVERETT, Daniel Leonard. *Aspectos da fonologia do Pirahã*. 1979. 142 f. – Departamento de Linguística, IEL, Unicamp, Campinas, 1979. Orient.: Dr. Aryon Dall'Igna Rodrigues.

FARGETTI, Cristina Martins. *Análise fonológica da língua Jurúna*. 1992. 124 f. – Departamento de Linguística, IEL, Unicamp, Campinas, 1992. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Lucy Seki.

FERRAREZI JÚNIOR, Celso. *Nas águas dos Itenês: um estudo semântico com a língua Moré*. 1997. 247 f. – Departamento de Linguística, IEL, Unicamp, Campinas, 1997. Orient.: Dr. Rodolfo Ilari.

FERREIRA, Vitória Regina Spanghero. *Língua Matis (Pano): uma análise fonológica*. 2000. 136 f. – Departamento de Linguística, IEL, Unicamp, Campinas, 2000.

FRANÇA, Maria Christina V. *Fonologia sincrônica e diacrônica do Baniwa (Siuci): um tratado não-linear*. 1993. – UFSC, Florianópolis, 1993. Orient. Dr.: Jean-Pierre Angenot.

GABAS JÚNIOR, Nilson. *Estudo fonológico da língua Karo (Arara de Rondônia)*. 1989. 85 f. – Departamento de Linguística, IEL, Unicamp, Campinas, 1989. Orient.: Dr. Aryon Dall'Igna Rodrigues.

GOMES, Ivanise P. *Aspectos fonológicos do Parakanã e morfossintáticos do Awa-Guajá (Tupi)*. 1991. 120 f. – UFPE, Recife, 1991. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Adair Pimentel Palácio.

GOUVÊA, Ana Cristina de S. Lima. *O parâmetro da ergatividade e a língua Karibe Macuxi*. 1994. 175 f. – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Bruna Franchetto.

\*GUEDES, Marymarcia. *Subsídios para uma análise fonológica do Mbúá*. 1983. 50 f. – Departamento de Linguística, IEL, Unicamp, Campinas, 1983. Orient.: Dr. Aryon Dall'Igna Rodrigues. Publicada em 1991 pela Ed. da Unicamp, Série Línguas indígenas.

GUIMARÃES, Susana M. G. *A aquisição da escrita e diversidade cultural: a prática de professores Xerente*. 1996. – UnB, Brasília, 1996. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Laís Mourão.

GUIRARDELLO, Raquel. *Aspectos da morfossintaxe da língua Trumai (Isolada) e de seu sistema de marcação de caso*. 1992. 200 f. – Departamento de Linguística, IEL, Unicamp, Campinas, 1992. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Lucy Seki.

HERALD, Cristina. *Aspectos da fonologia da língua Kaingang: dialeto central*. 1996. – UFSC, Florianópolis, 1996. Orient.: Dr. Paulino Vandresen.

\*JENSEN, Cheryl Joyce S. *O desenvolvimento histórico da língua Wayampi*. 1984. 183 f. – Departamento de Linguística, IEL, Unicamp, Campinas, 1984. Orient.: Dr. Aryon Dall'Igna Rodrigues. Publicada em 1989 pela Ed. da Unicamp, Série Línguas indígenas.

JULIÃO, Maria Risoleta S. *A língua dos índios do rio Cairari*. 1993. 139 f. – UFPA, Belém, 1993. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Leopoldina Araújo.

LACERDA, Rosely M. de S. *Sistema interrogativo de seis línguas indígenas do Brasil: uma análise contrastiva*. 1991. 136 f. – UFPE, Recife, 1991. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Adair Pimentel Palácio.

LANES, Elder José. *Mudança fonológica em línguas da família linguística Pano*. 2000. – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Marília Facó Soares.

LEITÃO, R. M. *Educação e tradição: o significado da educação escolar para o povo Karajá de Santa Isabel do Morro, Ilha do Bananal, Tocantins*. 1997. – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Silvia L.B. Braggio.

LIMA, Stella Virgínia T. de Araújo. *A língua Umutina: 'um sopro de vida'*. 1995. 121 f. – UFPE, Recife, 1995. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Adair Pimentel Palácio.

LIPHOLA, Marcelino Marta. *Tom, entonação e acento de intensidade na língua Sí-Mákonde: bases para um estudo morfotonológico*. 1991. 138 f. – Departamento de Lingüística, IEL, Unicamp, Campinas, 1991. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Maria Bernadete M. Abaurre.

LOPES, Aurise B. *Fonologia da língua Yuhup: uma abordagem não-linear*. 1995. 125 f. – UFSC, Florianópolis, 1995. Orient.: Dr. Giles Lothar Istre.

MACIEL, Iguaracema. *Alguns aspectos fonológicos e morfológicos da língua Maku*. 1991. 76 f. – UnB, Brasília, 1991. Orient.: Dr. Aryon Dall'Igna Rodrigues.

\*MAIA, Marcos Antonio Resende. *Aspectos tipológicos da língua Javaé*. 1986. – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1986. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Yonne de Freitas Leite. Publicada em 1998 pela Lincom Europa (München).

MARTINS, Marci Fileti. *Incorporação nominal em Guarani Mbyá*. 1996. 130 f. – UFSC, Florianópolis, 1996. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Lucy Seki.

MARTINS, Silvana de Andrade. *Análise da morfossintaxe da língua Daw (Maku-Kama) e sua classificação tipológica*. 1994. – UFSC, Florianópolis, 1994. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Alexandra Y. Aikhenvald.

MARTINS, Valteir. *Análise prosódica da língua Daw (Maku-Kama) numa perspectiva não-linear*. 1994. – UFSC, Florianópolis, 1994. Orient.: Dr. Jean-Pierre Angenot.

MAHER, Terezinha de Jesus Machado. *Já que é preciso falar com os doutores de Brasília: subsídios para o planejamento de um curso de português oral em contexto indígena*. 1990. 129 f. + 24 f. Anexo. – Departamento de Lingüística Aplicada, IEL, Unicamp, Campinas, 1990. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Marilda do C. Cavalcanti.

MEER, Tine H. Van Der. *Fonologia da língua Suruí*. 1982. 71 f. – Departamento de Lingüística, IEL, Unicamp, Campinas, 1982. Orient.: Dr. Aryon Dall'Igna Rodrigues.

MELLO, A. Augusto de S. *Estudo comparativo do léxico família lingüística Tupi-Guarani*. 1992. 156 f. – UFSC, Florianópolis, 1992. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Alexandra Y. Aikhenvald.

MENDES, Jackeline Mendes. *Descompassos na interação professor-aluno na aula de matemática em contexto indígena*. 1995. 70 f. – Departamento de Lingüística Aplicada, IEL, Unicamp, Campinas, 1995. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Marilda do C. Cavalcanti.

MONTE, Nietta L. *A construção de currículos indígenas nos diários de classe: estudo do caso Kaxinawá/Acre*. 1994. 212 f. – UFF, Niterói, 1994. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Nilda Alves.

MUJICA, Mitzila Isabel Ortega. *Aspectos fonológicos e gramaticais da língua Yawalapití (Aruak)*. 1992. 92 f. – Departamento de Linguística, IEL, Unicamp, Campinas, 1992. Orient.: Dra. Lucy Seki.

MÜLLER, Diocelma M. *Aspectos da fonética, da fonêmica e do léxico da língua More (família Txapakura)*. 1995. – UFSC, Florianópolis, 1995. Orient.: Dr. Jean-Pierre Angenot.

OLIVEIRA, Christiane C. *Uma descrição do Baré (Arawak): aspectos fonológicos e gramaticais*. 1993. 104 f. – UFSC, Florianópolis, 1993. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Alexandra Y. Aikenvald.

PACHECO, Frantomé Bezerra. *Aspectos da gramática Ikpeng (Karib)*. 1997. 145 f. – Departamento de Linguística, IEL, Unicamp, Campinas, 1997. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Lucy Seki.

PAIVA, A. M. *Elementos da fonologia Avá-Canoeiro*. 1996. – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1996. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Marita Pôrto Cavalcante.

PAULA, Aldir Santos de. *Poyanáwa: a língua dos índios da aldeia Barão: aspectos fonológicos e morfológicos*. 1992. 133 f. – UFPE, Recife, 1992. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Adair Pimentel Palácio.

\*PAULA, Ruth Wallace G. *Língua Kaxuyâna: fonologia segmental e afixos nominais*. 1980. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1980. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Yonne de Freitas Leite.

PECHINCHA, Mônica Thereza S. *Histórias de admirar: mito, rito e história Kadiwéu*. 1994. 148 f. – UnB, Brasília, 1994.

PEREIRA, Deuscreide G. *Alguns aspectos gramaticais da língua Maxacali*. 121 f. – UFMG, Belo Horizonte, . Orient.: Dr. John H. Ross.

PIRES, Nádia Nascimento. *Estudo da gramática da língua Jeoromitxi (Jabuti): aspectos sintáticos das cláusulas matrizes*. 1992. 157 f. – Departamento de Linguística, IEL, Unicamp, Campinas, 1992. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Charlotte Marie C. Galves.

QUINTINO, Wellington Pedrosa. *Aspectos da fonologia Xavante*. 2000. 159 f. – Departamento de Linguística, IEL, Unicamp, Campinas, 2000. Orient.: Dr. Angel H. Corbera Mori.

RIBEIRO, Eduardo R. *Morfologia do verbo Karajá*. 1996. – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1996. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Marita Pôrto Cavalcante.

\*RODRIGUES, Daniele Marcelle Grannier. *Fonologia do Guarani antigo*. 1974. 123 f. – IFCH, Unicamp, Campinas, 1974. Orient.: Dr. Aryon Dall’Igna Rodrigues. Publicada em 1990 pela Ed. da Unicamp, Série Línguas indígenas.

SÁ, Rosane Muñoz de. *Análise fonológica preliminar do Pykobyê*. 2000. – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2000. Orient.: Dr. Waldemar F. Neto.

SALAZAR, Gabriela G. *Asheninca Ucaiali: morfologia e fonologia*. 1993. – UFSC, Florianópolis, 1993. Orient.: Dr. Jean-Pierre Angenot.

SAMPAIO, Wany Bernadete de Araújo. *Estudo comparativo sincrônico entre o Parintintin (Tenharim) e o Uru-eu-uau-uau (Amondava): contribuições para uma revisão na classificação das línguas Tupí-Kawahib*. 1998. 100 f. + Anexos. – Departamento de Lingüística, IEL, Unicamp, Campinas, 1998. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Tânia Alkmin.

SÂNDALO, Maria Filomena Spatti. *Aspectos da língua Pirahã e a noção de polifonia*. 1989. 125 f. – Departamento de Lingüística, IEL, Unicamp, Campinas, 1989. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Maria Bernadete M. Abaurre.

SILVA, B. C. Corrêa da. *Urubú-Ka’apor, da gramática à história: a trajetória de um povo*. 1997. – UnB, Brasília, 1997. Orient.: Dr. Aryon Dall’Igna Rodrigues.

SILVA, Márcio Ferreira da. *A fonologia segmental Kamayurá*. 1981. 112 f. – Departamento de Lingüística, IEL, Unicamp, 1981. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Maria Bernadete Abaurre Gnerre.

SILVA, T. C. de. *Estudo preliminar da fonologia da língua Mehináku*. 1990. – UnB, Brasília, 1990. Orient.: Dr. Aryon Dall’Igna Rodrigues.

SILVA, Thaís Cristófar. *Descrição fonética e análise de alguns processos fonológicos da língua Krenak*. 1986. – FALE, UFMG, Belo Horizonte, 1986. Orient.: Dr. Luis Carlos Cagliari.

SOARES, Marília Lopes da Costa Facó. *A perda da nasalidade e outras mutações vocálicas em Kokama, Asurini e Guajajara*. 1979. – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1979. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Yonne de Freitas Leite.

SOUZA, Isaac Costa de. *Contribuição para a fonologia da língua Arara (Karib)*. 1988. 71 f. – Departamento de Lingüística, IEL, Unicamp, Campinas, 1988. Orient.: Dr. Aryon Dall’Igna Rodrigues.

SOUZA, Shirley D. Cardoso de. *Alguns aspectos morfológicos da língua Arara (Karib)*. 1993. – UnB, Brasília, 1993. Orient.: Dr. Aryon Dall’Igna Rodrigues.

SOUZA FILHO, Sinval Martins. *A aquisição do português pela criança Xerente*. 2000. – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiania, 2000. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Silvia L.B. Braggio.

SUZUKI, Edson Massamiti. *Fonética e fonologia do Suruwahá*. 1997. 108 f. – Departamento de Lingüística, IEL, Unicamp, Campinas, 1997. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Maria Bernadete Abaurre.

SUZUKI, Márcia dos Santos. *Isto ou aquilo: um estudo sobre o sistema dêitico da língua Satere-Mawe*. 1997. – UNIR, Guajará-Mirim, 1997. Orient.: Dr. Jean-Pierre Angenot.

TEIXEIRA, José Baltazar. *Contribuição para a fonologia do dialeto Kaingáng de Nonoai*. 1988. 46 f. – Departamento de Lingüística, IEL, Unicamp, Campinas, 1988. Orient.: Dr. Aryon Dall’Igna Rodrigues.

TRESSMANN, Ismael. *Estudo comparativo das construções verbais complexas e da ordem oracional entre as línguas Cinta Larga (Tupi-Mondé) e Pomerano (germânica)*. 2000. – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Marcia Maria Damaso Vieira.

VALADARES, Simoni M. B. *Aspectos fonológicos da língua Kurripako (Kumandaninani e Ayaneni)*. 1994. – UFSC, Florianópolis, 1994. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Alexandra I. Aikhenvald.

VALE, Maria do Socorro S. do. *A situação sociolingüística dos Karajá de Santa Isabel do Morro e Fontoura: uma abordagem funcionalista*. 1995. – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1995. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Silvia L.B. Braggio.

VALLE, Cláudia Netto de. *Popũnkare – ou “nos mesmos”*. 1986. 142 f. + Anexo – Departamento de Lingüística, IEL, Unicamp, Campinas, 1986. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Maria Bernadete M.Abaurre.

VENCIO, Elizabeth. *Cartas entre os Jarawara: um estudo da apropriação da escrita*. 1996. 85 f. + Anexo – Departamento de Lingüística, IEL, Unicamp, Campinas, 1996. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Tânia Maria Alkmin.

VIANA, Adriana M. S. *A expressão do atributo na língua Karajá*. 1995. 89 f. – UnB, Brasília, 1995.

VICTOR-ANGENOT, Geralda. *Fonotática e fonologia do lexema Protochapakura*. 1997. – UNIR, Guajará-Mirim, 1997. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Iara Maria Teles.

VIGNA, Dalva del. *Segmentos complexos da língua Yuhup*. 1991. 48 f. – UnB, Brasília, 1991. Orient.: Dr. Aryon Dall’Igna Rodrigues.

WEIR, E. M. Helen. *A negação e outros tópicos da gramática Nadëb*. 1984. 346 f. – Departamento de Lingüística, IEL, Unicamp, Campinas, 1984. Orient.: Dr. Frank Roberts Brandon.

## 1.2. Teses de Doutorado:

AGUIAR, Maria Suelí de. *Análise descritiva e teórica do Katukina-Pano*. 1994. 306 f. + Apêndices – Departamento de Lingüística, IEL, Unicamp, Campinas, 1994. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Charlotte M. C. Galves.

ARAÚJO, Gilda M. Lins de. *O discurso do índio: subsídios para a comunicação intercultural*. 1992. 317 f. – USP, São Paulo, 1992. Orient.: Dr. Erasmo de Almeida Magalhães.

ARAÚJO, Leopoldina M. de S. *Aspectos da língua Gavião-Jê*. 1989. 2 v.: v.1: Gramática; v. 2: Léxico.– Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Yonne de Freitas Leite.

BARROS, Maria Cândida D. Mendes. *Lingüística missionária: Summer Institute of Linguistics*. 1993. 736 f. – IFCH, Unicamp, Campinas, 1993. Orient.: Dr. Roberto Cardoso de Oliveira.

BERNALES LILLO, Mario. *Toponímia pré-hispânica e hispânica do sul de Chile*. 1995. 163 f. – Departamento de Lingüística, IEL, Unicamp, Campinas, 1995. Orient.: Dr. Ataliba Teixeira de Castilho.

CAVALCANTE, Marita Pôrto. *Fonologia e morfologia da língua Kaingáng: o dialeto de São Paulo comparado com o do Paraná*. 1987. 144 f. – Departamento de Lingüística, IEL, Unicamp, Campinas, 1987. Orient.: Dr. Aryon Dall’Igna Rodrigues.

CORBERA MORI, Angel H.. *Fonologia e gramática do Aguaruna (Jívaro)*. 1994. 385 f. – Departamento de Lingüística, IEL, Unicamp, Campinas, 1994. Orient.: Dra. Lucy Seki.

COSTA, Raquel Guimarães Romankevicius. *Aspectos da fonologia Marubo (Pano): uma visão não-linear*. 2000. – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Marília Facó Soares.

D’ANGELIS, Wilmar da Rocha. *Traços de modo e modos de traçar geometrias: línguas Macro-Jê & teoria fonológica*. 1998. 2 v., 420 f. – Departamento de Lingüística, IEL, Unicamp, Campinas, 1998. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Eleonora Cavalcante Albano.

EMMERICH, Charlotte. *A língua de contato do Alto Xingu origem, forma e função*. 1984. – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984. Orient.: Dr. Anthony J. Naro.

\*EVERETT, Daniel Leonard. *A língua Pirahã e a teoria da sintaxe: descrição, perspectivas e teoria*. 1983. 2 v., 410 f. – Departamento de Lingüística, IEL, Unicamp, Campinas, 1983. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Charlotte M. C. Galves. Publicada em 1991 pela Ed. da Unicamp, Série Línguas indígenas.

FERRAREZI JUNIOR, Celso. *A interface semântica/morfossintaxe*. 1998. – UNIR, Guajará-Mirim, 1998. Orient.: Dr. Jean-Pierre Angenot.

FRANCHETTO, Bruna. *Falar Kuikuro: estudo etnolingüístico de um grupo Karibe do Alto Xingu*. 1986. – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1986. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Yonne de Freitas Leite.

GUALDIERI, Cecilia Beatriz. *Mocovi (Guaicuru): fonologia e morfossintaxe*. 1998. 316 f. – Departamento de Lingüística, IEL, Unicamp, Campinas, 1998. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Lucy Seki.

GUEDES, Marymarcia. *Síwǎ a Mēkapēřera. Suyá : a língua da gente “um estudo fonológico e gramatical”*. 1993. 276 f. – Departamento de Lingüística, IEL, Unicamp, Campinas, 1993. Orient.: Dr. Luiz Carlos Cagliari.

HERMOSILLA SÁNCHEZ, Julia Elisa. *Las lenguas que me enredan: rumo a um planejamento bilíngüe mapudungun e espanhol*. 1997. 146 f. – Departamento de Lingüística, IEL, Unicamp, Campinas, 1997. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Ângela del Carmen B. R. de Kleiman.

HONÓRIO, Maria Aparecida. *Espaço enunciativo e educação escolar indígena: saberes, políticas, línguas, e identidades*. 2000. – Departamento de Lingüística, IEL, Unicamp, Campinas, 2000. Orient.: Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães.

MAHER, Terezinha de Jesus Machado. *Ser professor sendo Índio: questões de língua(gem) e identidade*. 1996. 261 f. – Departamento de Lingüística, IEL, Unicamp, Campinas, 1996. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Marilda do C. Cavalcanti.

MONSERRAT, Ruth Maria Fonini. *A língua do povo Myky*. 2000. – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

NUNES, José Horta. *Discurso e instrumentos lingüísticos no Brasil: dos relatos de viajantes aos primeiros dicionários*. 1996. 267 f. Departamento de Lingüística, IEL, Unicamp, Campinas, 1996. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Eni Puccinelli Orlandi.

PALÁCIO, Adair Pimentel. *Guató: a língua dos índios canoieiros do rio Paraguai*. 1984. 155 f. – Departamento de Lingüística, IEL, Unicamp, Campinas, 1984. Orient.: Dr. Aryan Dall’Igna Rodrigues.

SAEZ, Ocard Calavia. *O nome e o tempo dos Yaminawa*. 1995.– USP, São Paulo, 1995.

SANTOS, Ludoviko Carnasciali dos. *Descrição de aspectos morfosintáticos da língua Suyá (Kinsêdjê) – família Jê*. 1997. 174 f. – UFSC, Florianópolis, 1997. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Lucy Seki.

\*SOARES, Marília Facó. *O suprasegmental em Tikuna e a teoria fonológica*. 1992. 2 v., 648 f. – Departamento de Linguística, IEL, Unicamp, Campinas, 1992. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Maria Bernadete M. Abaurre. Publicado em 2000 pela Ed. da Unicamp o v. 1: Investigação de aspectos da sintaxe Tikuna.

\*SOUZA, Tânia Conceição Clemente de. *Discurso e oralidade: um estudo em língua indígena*. 1994. 398 f. – Departamento de Linguística, IEL, Unicamp, Campinas, 1994. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi. Publicada em 1999 pela Ed. da UFF, série Publicações do MCII.

TELES, Iara Maria. *Atualização fonética da proeminência acentual em Baniwa-Hohodene: parâmetros físicos*. 1995. – UFSC, Florianópolis, 1995. Orient.: Dr. Jean-Pierre Angenot.

VEGINI, Valdir. *Classificação das línguas Maipure / Arawak do grupo continental*. 1995. UFSC, Florianópolis, 1995. Orient. Dr. Jean-Pierre Angenot.

VIEIRA, Márcia Maria Damaso. *O fenômeno de não-configuracionalidade na língua Asurini do trocará: um problema derivado da projeção dos argumentos verbais*. 1993. 274 f. – Departamento de Linguística, IEL, Unicamp, Campinas, 1993. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Mary Aizawa Kato.

## **2. Defendidas no Exterior:**

### **2.1. Dissertações de Mestrado:**

FACUNDES, Sidney da S. *Noun categorization in Apurinã (Maipurán, Arawakan)*. 1994.– University of Oregon, Eugene, 1994. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Colette G. Craig.

FRANCESCHINI, Dulce. *Étude préliminaire à la description phonologique et syntaxique de la langue Satere-Mawe (groupe Tupi – Brésil)*. 1993. – Université René Descartes, Paris, 1993. Orient.: Dr. Christos Claris.

\*MEIRA, Sergio. *A reconstruction of Proto-Taranoan: phonology and inflectional morphology*. 1998. – Rice University, Houston, 1998. Publicada em 2000 pela Lincom Europa (München).

MONSERRAT, Ruth M. *Um método heurístico de descrição linguística (com base em material guarani paraguaio contemporâneo)*. 1967. – Universidade da Amizade dos Povos “Patrice Lumumba”, Moscou, 1967. Orient.: Dr. Yuri Venjamínovitch Vánnikov.

RODRIGUES, Carmem Lúcia Reis. *Langue Xipaya: étude phonologique*. 1990. – Université Paris VII, Jussieu, 1990. Orient.: Dr. M. Michel Launey.

## 2.2. Teses de Doutorado:

BRAGGIO, Silvia L. B. *The sociolinguistics of Literacy: a case-study of the Kaingang, a brazilian indian group*. 1986. – The University of New Mexico, New Mexico, 1986.

CABRAL, Ana Suely Arruda Câmara. *Contact-induced change in Western Amazon: the non-genetic origin of the Kokama language*. 1995. – University of Pittsburgh, Pittsburgh, 1995. Orient.: Dr. Terence Kaufmann.

CAMARGO, Eliane. *Phonologie, morphologie et syntaxe: étude descriptive de la langue Caxinawá (Pano)*. 1991. – Université Paris IV, Sorbonne, 1991. Orient.: Dr. Bernard Pottier.

CARSON, Neusa M. *Phonology and morphology of Macuxi (Carib)*. 1981.– University of Kansas, 1981.

FACUNDES, Sidney da Silva. *The language of the Apurinã people of Brazil (Maipure/Arawak)*. 2000. – University of New York, Buffalo, 2000. Orient.: Dr. Matthew Dryer.

FERREIRA, Lucy Seki. *Język Kamajura: fonetika i fonologija, kratkie svendenija o grammatike*. 1973. – Universidade da Amizade dos Povos “Patrice Lumumba”, Moscou, 1973. Orient.: Dr. Dmitrii Evguénievitch Mikhaltchí.

GABAS JUNIOR, Nilson. *A grammar of Karo, Tupí (Brazil)*. 1999.– University of California, Santa Barbara, 1999. Orient.: Dr<sup>a</sup>. Marianne Mithun.

GUIRARDELO, Raquel. *A reference grammar of Trumai*. 1999. – Rice University, Houston, 1999. Orient.: Dr. Spike Gildea.

MEIRA, Sérgio. *A grammar of Tiriyo*. 1999. – Rice University, Houston, 1999. Orient.: Dr. Spike Gildea.

MIGLIAZZA, Ernesto. *Yanomama grammar and intelligibility*. 1974. – Indiana University, Bloomington, 1974.

MOORE, Denny. *Syntax of the language of the Gavião indians of Rodônia, Brazil*. 1984. City University of New York, New York, 1984.

RODRIGUES, Aryon D. *Phonologie der Tupinambá sprache*. 1959. – Universität Hamburgo, Hamburgo, 1959. Orient.: Dr. Otto von Essen.

RODRIGUES, Carmem Lúcia Reis. *Étude morphosyntaxique de la langue Xipaya (Bresil)*. 1995. – Université Paris VII, Jussieu, 1995. Orient.: Dr. M. Michel Launey.

SANDALO, Filomena. *A grammar of Kadiwéu*. 1995. – University of Pittsburg, Pittsburg, 1995.

SCHLEICHER, Charles Owen. *Comparative and internal reconstruction of Proto-Tupí-Guarani*. 1998. – University of Wisconsin, Madison, 1998. Orient.: Dr. Andrew Sihler.

STORTO, Luciana. *Aspects of Karitiana grammar*. 1999. – Massachusetts Institute of Technology, Massachusetts, 1999. Orient.: Dr. Kenneth L. Hale.